

Principal legislação de segurança

anexo I – regulamentação aplicável

Principal legislação de segurança

CCT para a Indústria da Construção Civil e Obras Públicas

Principal legislação de segurança

- CCT – Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria da Construção Civil e Obras Públicas.

Regulamentação Geral do Trabalho

- Lei n.º 7/2009, de 12/Fev. – Aprova o Código do Trabalho – revoga a lei n.º 99/2003, de 20/Mar. na redação dada pela Lei n.º 59/2007, de 4/Set. e pela Lei n.º 12-A/2008, de 27/Fev.; revoga a Lei n.º 35/2004, de 29/Jul., na redação dada pela Lei n.º 9/2006, de 20/Mar. e pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3/Mai.

Regulamentação Geral de Segurança e Saúde no Trabalho

- Lei n.º 102/2009, de 10/Set. – Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho;
- Portaria n.º 467/2002, de 23/Abr. – Regula a instrução do requerimento de autorização de serviços externos ou de alteração de autorização, a vistoria prévia e os parâmetros a ter em conta na decisão, de acordo com o regime legal de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Decreto-Lei 347/93, de 1/Out. e Portaria n.º 987/93, de 6/Out. - Com n.º as alterações da Lei n.º 113/99, de 3/Ago. – Prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho;
- Portaria n.º 299/2007, de 16/Mar. – Aprova o modelo de ficha de aptidão médica. Revoga a Portaria n.º 1031/2002, de 10/Ago.;
- Portaria n.º 55/2010, de 21/Jan. – Regula o conteúdo relatório anual referente à do informação sobre a Atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral;
- Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30/Jun. – Com as alterações da Lei n.º 14/2001 de 4/Jun. – Estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene do trabalho;
- Decreto-Lei n.º 374/98, de 24/Nov. – Altera os Decretos-lei n.º 378/93, de 5/Nov., 128/93, de 22/Abr., 383/93, de 18/Nov., 130/92, de 6/Jul., 117/88, de 12/Abr., e 113/93, de 10/Abr., que estabelecem, respetivamente, as prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de equipamentos de proteção individual, de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, de aparelhos a gás, de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão e de materiais de construção;
- Lei n.º 260/2009, de 25/Set. – Regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário;
- Lei n.º 23/2007, de 4/Jul. – Definição das condições procedimentos de entrada, e

Principal legislação de segurança

permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros – revoga a Lei n.º 4/2001;

Principal legislação de segurança

- Portaria n.º 11/2000, de 13/Jan. – Cálculo do capital de remição das pensões de acidentes de trabalho e aos valores de caucionamento das pensões de acidentes de trabalho;
- Decreto-Lei 254/2007, de 12/Jul. – Estabelece o regime de prevenção de acidentes n.º graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e o ambiente;
- Lei n.º 107/2009, de 14/Set. – Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.

2. Acidentes de Trabalho

- Decreto-Lei n.º 362/93, de 15/Out. – Estabelece as regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Lei n.º 98/2009, de 4/Set. – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12/Fev.;
- Decreto-Lei n.º 185/2007, de 19/Mai. – Altera o regime jurídico do Fundo de Acidentes de Trabalho criado pelo Decreto-Lei n.º 142/99 de 30/Abr.;
- Decreto-Lei n.º 159/99, de 11/Mai. – Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes;
- Decreto Regulamentar n.º 76/2007, de 5/Mai. – Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado;
- Decreto-Lei 352/2007, de 23/Out. – Tabela Nacional de Incapacidade por Acidentes n.º de Trabalho;
- Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12/Jul – Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, que altera a Diretiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de Dezembro, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.

3. Segurança na Construção Civil

- Decreto n.º 41821 de 11 de Agosto de 1958 – Regulamento de segurança no trabalho da construção civil;
- Decreto n.º 46427 de 10 de Julho de 1965 – Regula

Principal legislação de segurança

- mento destinadas ao pessoal empregado nas obras; das instalações provisórias
- Portaria n.º 101/96, de 3/Abr. – Prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis;

Principal legislação de segurança

- Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29/Out. – Revê e revoga o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1/Jul. – Regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Diretiva 92/57/CEE, do Conselho, de 24/Jun.

4. Equipamentos de Proteção Individual

- Decreto-Lei 128/93, de 22/Abr. – Com as alterações do Decreto-Lei n.º 139/95 de 14/Jun. e do Decreto-Lei n.º 374/98 de 24/Nov. – Transpõe para a ordem interna a Diretiva n.º 89/686/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, relativa aos equipamentos de proteção individual;
- Decreto-Lei n.º 348/93, de 1/Out. – Com as alterações da Lei n.º 113/99 de 3/Ago.21 – Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de proteção individual no trabalho;
- Portaria n.º 988/93, de 6/Out. – Disposições a que devem obedecer os equipamentos de proteção individual, no que respeita à utilização pelos trabalhadores;
- Portaria n.º 1131/93, de 4/Nov. – Com as alterações da Portaria 109/96 de 10/Abr. e da Portaria n.º 695/97 de 19/Ago. – Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual.

5. Máquinas, Equipamentos e Materiais de Estaleiro

- Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25/Fev. – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho – Revoga o Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de Março na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 113/99, de 3 de Ago.;
- Portaria n.º 172/2000, de 23/Mar. – Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade;
- Decreto-Lei 214/95, de 18/Ago. – Estabelece as condições mínimas de utilização e comercialização de máquinas usadas;
- Decreto-Lei 103/2008, de 24/Jun – Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das bem como a colocação no mercado das quase -máquinas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa às máquinas e que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho,

Principal legislação de segurança

de 29 de Junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores;

- Decreto n.º 513/70, de 30/Out. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 13/80 de 16/Mai. – Regulamento de Segurança dos Elevadores Eléctricos (incluindo os ascensores de estaleiro);

Principal legislação de segurança

- Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8/Nov. – Aprova o Regulamento das emissões sonoras para o ambiente de equipamento para utilização no exterior, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Dezembro que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, de 8 de Maio, transporta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26/Mar;
- Portaria n.º 58/2005, de 21/Jan. – Estabelece as normas relativas às condições de emissão de certificados de aptidão profissional (CAP) e de homologação dos respectivos cursos de formação profissional, relativos aos perfis profissionais de Condutor(a)-manobrador(a) de equipamentos de movimentação de terras e de equipamentos de elevação;
- Decreto-Lei 107/2006, de 8/Jun. – Aprova o Regulamento de Atribuição n.º de Matrícula a Máquinas Industriais.

6. Sinalização de Segurança e Saúde no Trabalho

- Decreto-Lei n.º 141/95, de 14/Jun. – Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- Portaria n.º 1456-A/95, de 11/Dez. – Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1/Out. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002, de 20/Ago. – Aprova o regulamento de sinalização do trânsito / Cap.V – Sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública.

7. Exposição ao Ruído

- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/Jan. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1/Ago. – Aprova o regulamento geral do ruído;
- Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6/Set. – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde, em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

8. Exposição a Vibrações

- Decreto-Lei 46/2006, de 24/Fev. – Relativo às prescrições mínimas de proteção da n.º saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações mecânicas).

Principal legislação de segurança

9. Exposição a Riscos Eléctricos

- Decreto-Lei 226/2005, de 28/Dez. e Portaria n.º 949-A/2006, de 11/Set. – Regras n.º Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT);
- Decreto-Lei n.º 517/80, de 31/Out. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 101/2007 de 2/Abr. – Estabelece normas a observar na elaboração dos projetos das instalações elétricas de serviço particular;
- Portaria n.º 37/70, de 17/Jan. Com as rectificações introduzidas pela Declaração D.R. 42/70 de 19/Fev. – Aprova as instruções para os primeiros socorros em acidentes produzidos por correntes elétricas;
- Decreto n.º 42895 de 31 de Março de 1960 – Com as alterações introduzidas pelos Decretos Regulamentar n.º 14/77 de 26/Fev. e n.º 56/85, de 6/Set. – Regulamento de Segurança das Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento;
- Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26/Dez. – Estabelece disposições relativas ao estabelecimento e à exploração das redes de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão;
- Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18/Fev. – Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão.

10. Exposição a Agentes Perigosos

- Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30/Set. – Proteção da segurança e saúde dos trabalhadores expostos a riscos de atmosferas explosivas;
- Decreto-Lei 139/2002, de 17/Mai. – Aprova o regulamento de segurança dos n.º estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos;
- Decreto-Lei n.º 290/2001, de 16/Nov. – Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7/Abr., relativa à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas n.º 91/322/CEE, da Comissão, de 29/Mai., e 2000/39/CE, da Comissão, de 8/Jun., sobre valores limite de exposição profissional a agentes químicos;
- Decreto-Lei 305/2007, de 29/Ago. – Transpõe para ordem jurídica interna a n.º a Diretiva n.º 2006/15/CE, da Comissão, de 7 de Fevereiro, que estabelece uma segunda de valores limite de exposição profissional (indicativos) a agentes lista químicos execução da Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril, para alterando o anexo ao Decreto-Lei n.º 290/2001, de 16/Nov.;

Principal legislação de segurança

- Decreto-Lei 84/97, de 16/Abr. – Proteção da segurança e saúde dos trabalhadores n.º contra riscos de exposição a agentes biológicos;
- Portaria 405/98, de 11/Jul. – Com as alterações introduzidas pela Portaria 1036/98, de 15 de Dezembro – Aprova a classificação dos agentes biológicos;
- Decreto-Lei 178/2006, de 5/Set. – Aprova o regime geral da gestão de resíduos, n.º transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.

Principal legislação de segurança

Revoga o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9/Set.;

- Decreto-Lei n.º 274/89, de 21/Ago. – Estabelece diversas medidas de proteção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao chumbo;
- Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18/Nov. – Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho;
- Decreto-Lei 479/85, de 13/Nov. – Fixa as os agentes e os processos n.º substâncias, industriais, comportam risco cancerígeno, efectivo ou potencial, para os trabalhadores que profissionalmente expostos;
- Decreto-Lei n.º 348/89, de 12/Out. – Estabelece normas e Diretivas de proteção contra as radiações ionizantes;
- Decreto regulamentar n.º 9/90, de 19/Abr. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto regulamentar n.º 3/92, de 4 de Dezembro – Estabelece a regulamentação das normas e Diretivas de proteção contra radiações ionizantes;
- Decreto-Lei n.º 63/2008, de 2/Abr. – Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 82/2003 – que aprova o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2004/66/CE, do Conselho, de 26 de Abril, 2006/8/CE, da Comissão, de 23 de Janeiro, e 2006/96/CE, do Conselho, de 20 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 330-A/98, de 2/Nov. – Introduz alterações à portaria 732-A/96 de 11 de Dezembro, a qual regulamenta o Decreto-Lei n.º 82/95, de 22 de Abril – Regulamento de para Notificação Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de de Substâncias Perigosas;
- Decreto-Lei n.º 264/98, de 19/Ago. – Estabelece limitações à comercialização e utilização de substâncias e preparações perigosas. Publica em anexo as normas técnicas de execução das Diretivas bem como a lista das substâncias consideradas perigosas. Publica em anexo as normas de execução das Diretivas bem como a lista das substâncias consideradas técnicas perigosas;
- Decreto-Lei n.º 222/2008, de 17/Nov. – Fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores os perigos resultantes das contra radiações ionizantes;
- Decreto-Lei n.º 140/2005, de 17/Ago. – Estabelece os valores de dispensa de declaração do exercício de práticas que impliquem risco resultante das radiações ionizantes;
- Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18/Jul. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei

Principal legislação de segurança

n.º

215/2008, 10/Nov. – Estabelece o regime jurídico relativo ao licenciamento e de ao funcionamento das entidades que desenvolvem atividades nas áreas de proteção radiológica e transpõe para ordem jurídica interna disposições relativas às matérias de dosimetria a e formação, da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio de 1996, que fixa as normas base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos de trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes;

Principal legislação de segurança

- Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17/Jul. – Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/2008, de 10 de Novembro – Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção, e transpõe para a ordem jurídica interna as disposições correspondentes da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes;
- Decreto-Lei 174/2002, de 25/Jul. – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica ou de exposição prolongada na sequência de uma emergência radiológica ou de exercício de uma prática ou atividade laboral anterior ou antiga resultantes das aplicações pacíficas da energia nuclear;
- Decreto-Lei n.º 38/2007, de 19/Fev. – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/122/EURATOM, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa ao controlo de fontes radioativas seladas, incluindo as fontes de atividade elevada e de fontes órfãs, e estabelece o regime de proteção das pessoas e do ambiente contra os riscos associados à perda de controlo, extravio, acidente ou eliminação resultantes de um inadequado controlo regulamentar das fontes radioativas.

11.1 Exposição ao Amianto

- Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24/Jul. – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Setembro, à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho;
- Portaria n.º 1049/93, de 19/Out. – Estabelece normas relativas à descarga de águas residuais aplicáveis a todas as atividades industriais que envolvam o manuseamento de amianto.

11. Proximidade de Combustíveis Líquidos

- Decreto-Lei n.º 302/2001, de 23/Nov. – Estabelece o novo quadro legal para a aplicação do Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis;
- Portaria n.º 131/2002, de 9/Fev. – Aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis.

Principal legislação de segurança

12. Movimentação manual de cargas

- Decreto-Lei n.º 330/93, de 25/Set. – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.

Principal legislação de segurança

13. Equipamentos dotados de Visor

- Decreto-Lei n.º 349/93, de 1/Out. – Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor;
- Portaria n.º 989/93, de 6/Out. – Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

14. Trabalhos em Minas e Pedreiras

- Decreto-Lei n.º 162/90, de 22/Mai. – Relativo a trabalhos nas minas e pedreiras.

15. Trabalhos em Caixões de Ar Comprimido

- Decreto-Lei 49/82, de 18/Fev. – Aprova o Regulamento de Higiene e Segurança do n.º Trabalho nos Caixões de Ar Comprimido.

16. Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais

- Portaria n.º 762/2002, de 01/Jul. – Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

17. Controlo Alcoolemia

- Portaria n.º 1556/2007, de 10/Dez. – Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Alcoolímetros.

anexo II – comunicação prévia de abertura do estaleiro

I-SS-11 – comunicação prévia de abertura de estaleiro

I-SS-12 – declaração – projetista

I-SS-13 – declaração – coordenação de segurança em projeto

I-SS-14 – declaração – entidade executante

I-SS-15 – declaração – coordenação de segurança em obra

I-SS-16 – declaração – fiscalização da obra

I-SS-17 – declaração – diretor técnico da empreitada

I-SS-18 – declaração – representante da entidade executante

I-SS-19 – declaração – responsável pela direção técnica da obra

I-SS-40 – declaração – coordenação de segurança em projeto

I-SS-41 – declaração – coordenação de segurança em obra

I-SS-42 – declaração fiscalização – fiscalização da obra

comunicação prévia de abertura de estaleiro

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º

Obra

- 1. Endereço completo do estaleiro**
- 2. Natureza e utilização previstas para a obra**
- 3. Dono da obra e domicílio ou sede**
- 4. Autor(es) do(s) projeto(s) e domicílio ou sede**

Arquitetura:

Estabilidade:

Instalações Hidráulicas:

Instalações de Gás:

Instalações de Eletricidade e Telecomunicações:

etc...

...

- 5. Entidade executante e domicílio ou sede**
- 6. Fiscal(is) da obra e domicílio**
- 7. Coordenador de segurança em projeto e domicílio**

comunicação prévia de abertura de estaleiro

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º

8. Coordenador de segurança em obra e domicílio

9. Diretor técnico da empreitada e domicílio (1)

10. Representante da entidade executante e domicílio (1)(3)

11. Responsável pela direção técnica da obra e domicílio (2)

12. Datas previstas para início e termo dos trabalhos no estaleiro

Início:

Termo:

13. Estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que estarão presentes em simultâneo no estaleiro

..... trabalhadores

ou
(4)

Estimativa do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores

..... dias de trabalho

14. Estimativa do n.º de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro

Nº de empresas:

Nº de trabalhadores independentes:

15. Identificação dos subempreiteiros já selecionados (entidade e domicílio)

Data

Ass.

(1) No caso de empreitada de obra pública

(3) Se for nomeado para permanecer no estaleiro durante a execução da obra

(2) No caso de obra particular

(4) Consoante a comunicação prévia seja baseada num ou noutro caso

Anexos

- Declaração do autor ou autores do projeto e do coordenador de segurança em projeto, identificando a obra

- Declaração da entidade executante, do coordenador de segurança em obra, do fiscal ou fiscais da obra, do diretor técnico da empreitada, do representante da entidade executante e do responsável pela direção técnica da obra, identificando o estaleiro e as datas previstas para início e termo dos trabalhos

declaração – projetista

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea a) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Autor do Projeto de (conforme a responsabilidade assumida no projeto), relativo à obra (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

....., de de 20.....

.....

(Assinatura, conforme C.C.)

**declaração – coordenação de segurança
em projeto**

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º
15)

(pessoa coletiva)

..... (nome da empresa, nif, morada, nome
e qualidade dos representantes legais que vão assinar a declaração), declara, de acordo
com a alínea a) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que:

É responsável pela coordenação de segurança em projeto, da obra
..... (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em
..... e cujo dono de obra é
..... (indicação do nome e domicílio ou sede).

O exercício das atividades de coordenação em projeto é assegurado
por..... (nome do coordenador de segurança em projeto,
habilitação académica, qualificação profissional, n.º C.C., NIF, morada e n.º da
associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito).

....., de de 20.....

.....

(Assinaturas dos representantes legais conforme

C.C.)

.....

(Assinatura do Coordenador de Segurança em projeto conforme

C.C.)

declaração – entidade executante

(pessoa coletiva)

..... (nome da sociedade, nif, sede/domicílio, filiais que interessem à execução da empreitada, nº do alvará / título de registo, bem como o nome e qualidade dos representantes legais que vão assinar a declaração), declara, nos termos e para os efeitos da alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, assumir a qualidade e responsabilidade de Entidade Executante na obra (indicar natureza e utilização previstas), sita em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia ... do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinaturas dos representantes legais conforme

C.C.)

declaração – entidade executante

(pessoa singular)

..... (indicar nome, nif, sede/domicílio e nº de alvará/título de registo), declara, nos termos e para os efeitos da alínea b) nº 3 do artº 15º do

D.L. nº 273/ 2003 de 29 de Outubro, assumir a qualidade e responsabilidade de Entidade Executante na obra (indicar natureza e utilização previstas), sita em

..... e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinatura do empresário em nome individual, conforme
C.C.)

declaração – coordenação de segurança em obra

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º
15)

(pessoa coletiva)

..... (nome da sociedade, nif,
sede/domicílio, nome e qualidade dos representantes legais que vão assinar a
declaração), declara, de acordo com a alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de
29 de Outubro, que:

- É responsável pela coordenação de segurança em obra, da obra
..... (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em
..... e cujo dono de obra é
..... (indicação do nome e domicílio ou sede).

- O exercício das atividades de coordenação em obra é assegurado
por..... (nome do coordenador de segurança em obra,
habilitação académica, qualificação profissional, n.º C.C., NIF, morada e, se for o caso,
n.º da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito).

- Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia
... do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês
de
..... de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinaturas dos representantes legais conforme

C.C.)

.....

(Assinatura do Coordenador de Segurança em obra conforme

C.C.)

declaração – fiscalização da obra

(pessoa coletiva)

..... (nome da sociedade, nif, sede/domicílio, nome e qualidade dos representantes legais que vão assinar a declaração), declara, de acordo com a alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que:

- É responsável pelos serviços de fiscalização da obra (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

- O exercício das atividades de fiscalização é assegurado por (nome de quem assegura a fiscalização, habilitação académica, qualificação profissional, n.º C.C., NIF, morada e, se for o caso, n.º da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito).

- Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia ... do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20

....., de de 20

.....
(Assinaturas dos representantes legais conforme

C.C.)

.....

(Assinatura de quem assegura o exercício, conforme C.C.)

**declaração –
diretor técnico da empreitada**

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Diretor Técnico da Empreitada (indicar natureza e utilização previstas), sita em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinatura, conforme C.C.)

**declaração – representante da entidade
executante**

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º 15)

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Representante da Entidade Executante na obra (indicar natureza e utilização previstas), sita em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinatura, conforme C.C.)

**declaração – responsável pela direção
técnica da obra**

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º 15)

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, cartão de cidadão, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Responsável pela Direção Técnica da Obra (indicar natureza e utilização previstas), sita em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinatura, conforme C.C.)

**declaração – coordenação de
segurança em projeto**

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º

(pessoa singular)

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea a) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Coordenador de Segurança em Projeto, da obra (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

....., de de 20.....

.....

(Assinatura do Coordenador de Segurança em projeto conforme

C.C.)

declaração – coordenação de segurança em obra

(decreto-lei 273/03 de 29/10, art.º

(pessoa singular)

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Coordenador de Segurança em Obra, da obra (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

- Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia do mês de de 20. e a respetiva conclusão para o dia do mês de de 20.....

....., de de 20.....

.....

(Assinatura do Coordenador de Segurança em obra conforme

C.C.)

declaração – fiscalização da obra

(pessoa singular)

..... (nome, habilitação académica, qualificação profissional, bilhete de identidade, nif, domicílio e, se for o caso, nome da associação pública de natureza profissional em que se encontra inscrito), declara, para efeitos do disposto na alínea b) n.º 3 do artº 15º do D.L. n.º 273/ 2003 de 29 de Outubro, que é o Fiscal da Obra de
..... (indicar natureza e utilização previstas), a realizar em
..... e cujo dono de obra é (indicação do nome e domicílio ou sede).

Nos termos contratualmente estabelecidos, o início dos trabalhos está previsto para o dia
... do mês de de 20 e a respetiva conclusão para o dia do mês de
..... de 20.....

.....,, de de 20.....

.....

(Assinatura, conforme C.C.)

anexo III – organograma funcional da obra

anexo IV – projeto de estaleiro

Projeto de estaleiro

Regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

projeto de estaleiro

Nota:

Neste anexo a entidade executante deve introduzir antes da abertura do estaleiro o projeto de estaleiro aprovado.

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

1. Redes existentes

Antes do início de quaisquer atividades no estaleiro, deverá ser efetuado um estudo prévio sobre a eventual existência de linhas aéreas e as suas características, bem como de redes enterradas (eletricidade, telefones, águas, saneamento e gás).

Este trabalho de levantamento deverá ser conduzido cautelosamente, obrigando sempre a um contacto com as diversas entidades exploradoras dos serviços públicos ou privados, com vista a ser conhecido o traçado das redes existentes.

2. Planta geral do estaleiro

O estaleiro deve estar implantado à escala 1/500 e a planta conterá as seguintes indicações:

- Instalações;
- Localização das Gruas (caso aplicável);
- Rede de Águas;
- Rede de Esgotos;
- Rede de Eletricidade;
- Condicionalismos Existentes no Local;
- Planta de Sinalização e de Circulação.

3. Organização

Na organização do estaleiro deve ser observado o seguinte:

3.1. Vedações

Deve ser executada em rede metálica e disporá de um acesso para equipamentos pesados e camiões e de uma porta de homem.

Deve possuir uma portaria destinada a efetuar o controlo de todo o movimento de entrada e saída do estaleiro, quer do pessoal, quer dos materiais e equipamentos.

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

3.2. Escritórios

Instalações destinadas ao pessoal dirigente da obra, Empreiteiros e Fiscalização. Devem dispor dos seguintes requisitos:

- Iluminação (incluindo iluminação de emergência), ventilação e ambiente térmico adequado;
- Rede de águas, telefones e eletricidade;
- Rede de saneamento.

3.3. Dormitórios

Destinam-se ao pessoal deslocado.

O seu dimensionamento, de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, é o seguinte:

- Volume mínimo por ocupante: 5.5 m³;
- Pé-direito mínimo: 3 m;
- Área mínima das janelas: 1/10 da área do pavimento;
- Afastamento mínimo entre as camas: 1 m para camas simples e 1.50 m para beliches de 2 camas.

Devem estar equipados com iluminação de emergência e serviços de incêndios.

3.4. Instalações sanitárias

Deverão estar separadas em função dos sexos, ter abastecimento de água canalizada, com sistema de descarga nas sanitas e nos urinóis. No que se refere aos dormitórios, as instalações sanitárias deverão ficar contíguas e estar devidamente resguardadas das vistas.

Dimensionamento:

- Pé-direito: 2.60 m;
- Lavatórios: 1 unidade por cada 5 trabalhadores;
- Chuveiros: 1 unidade por cada 20 trabalhadores;
- Urinóis: 1 unidade por cada 25 trabalhadores;
- Retretes: 1 unidade por cada 15 trabalhadores;
- Altura mínima das divisórias entre chuveiros e retretes: 1.70 m

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

3.5. Refeitórios

Este conjunto inclui ainda cozinha e dispensas.

No que respeita ao refeitório, dever-se-ão observar as seguintes indicações:

- Cobertura e paredes exteriores impermeáveis;
- Tetos pintados a cor branca;
- Paredes pintadas, laváveis, cor branca, até 1.80 m de altura;
- Pavimento de material facilmente lavável;
- Abastecimento de água canalizada potável;
- Mesas com tampo lavável;
- Iluminação natural (vãos com superfície total de, pelo menos, 1/10 do pavimento);
- Pé direito mínimo de 2.5 m;
- Instalações sanitárias para uso exclusivo da cozinha;
- Lavatórios: 1 unidade por cada 10 trabalhadores;
- Limpeza geral diária com sistema de eliminação de lixo e restos;
- Serviço de extintores e iluminação de emergência.

Relativamente à cozinha:

- Equipamento frigorífico;
- Abastecimento de água quente no lava-louça;
- Todo o pessoal deverá usar touca e observar rigorosas normas de higiene.

Relativamente à dispensa:

- Deverá ser dada especial atenção à ventilação, ao isolamento térmico e aos níveis de humidade.

3.6. Armazéns de materiais

Destinados a guardar vários materiais que não podem permanecer ao ar livre.

3.7. Ferramentaria

Serve para guardar ferramentas e equipamentos, em geral de pequena dimensão.

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

3.8. Estaleiro de preparação de armaduras

Deverá possuir um depósito de varões de aço, zona de corte dos varões de aço, depósito de desperdícios, área de dobragem dos varões de aço, depósito de varões de aços dobrados e zona de pré-fabrico de armaduras.

3.9. Estaleiro de preparação de cofragens

Criar áreas para depósito de madeiras para cofragem, depósito de painéis de cofragem prefabricados, local para execução e reparação de cofragem, depósitos para cofragens fabricadas e usadas.

Deverão ser instalados meios de combate a incêndios.

3.10. Parques de equipamento móvel

Serão escolhidos locais destinados ao estacionamento de equipamentos do estaleiro, como sejam dumpers, retroescavadoras, viaturas, etc., que no final do dia de trabalho regressam ao estaleiro.

Prever zonas de aparcamento para técnicos e operários.

3.11. Parques de materiais

Deverá ser previsto espaço para armazenagem de materiais ao ar livre e que se destinam a ser aplicados em obra.

Estabilizar os materiais dispostos em altura, não excedendo a altura do empilhamento 2m.

3.12. Rede provisória de água

Deverá ser montado um sistema de abastecimento, preferencialmente por ligação à rede pública.

A água a ser utilizada pelos trabalhadores para consumo, deverá ser potável e objeto de análises periódicas (mínimo de 3 meses).

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

3.13. Rede provisória de esgotos

Deverá ser montado um sistema de drenagem de esgotos, de preferência com ligação à rede pública. Caso não seja possível, deverão ser executadas redes de drenagem e estações de depuração provisórias ou, em alternativa, criação de fossas sépticas com retirada posterior do efluente.

3.14. Rede provisória de eletricidade

Será montada uma rede de eletricidade para iluminação e alimentação dos diversos equipamentos do estaleiro. Deverá ser ligada à rede pública. Deverá ser elaborado um projeto da instalação provisória. Os circuitos de iluminação e das tomadas deverão estar separados.

3.15. Instalações elétricas

Necessária a prevenção dos riscos das instalações elétricas, mediante o seguinte:

- Evitar a exposição às chuvas;
- Assegurar a proteção às partes ativas;
- Fechar armários e quadros que comportem riscos;
- Colocação de avisos proibindo o acesso onde há perigo.

3.16. Serviço de incêndios

Montagem de um sistema de prevenção e combate aos fogos, mediante o seguinte:

- Autorização para fazer fogo;
- Montar a fase preventiva;
- Organizar a fase ativa;
- Montagem de extintores e hidrantes.

3.17. Equipamentos de saúde

Prever a instalação de um Posto de Primeiros Socorros adequadamente equipado com equipamento de socorro. O Posto de Primeiros Socorros deverá possuir meios humanos devidamente qualificados.

regras gerais a observar na organização e utilização do estaleiro

3.18. Recolha de lixos

Prever um sistema de recolha de lixos em recipientes hermeticamente fechados, com remoção diária.

3.19. Condições atmosféricas

O estaleiro bem como os locais de trabalho deverão estar convenientemente protegidos contra descargas atmosféricas.

3.20. Subempreiteiros e trabalhadores independentes

Deverão ser previstas instalações adequadas para Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes.

3.21. Circulação interna

Deverão estar implantadas circulações convenientemente organizadas que permitam o acesso de viaturas de grande porte aos estaleiros de varões de aço e cofragens. Os arruamentos deverão dispor, se aplicável, de sinalização rodoviária e o seu limite de velocidade será de 6 km/h.

3.22. Sinalização

Deverá ser aplicada sinalização especial de segurança e saúde nomeadamente:

- Proibição de fumar, foguear, entrada de pessoas estranhas ao serviço;
- Perigo de queda, queda de objetos, explosão, substâncias inflamáveis, cargas suspensas, eletrocussão, entrada e saída de viaturas pesadas;
- Obrigatoriedade do uso de capacete, proteções auriculares, luvas de proteção, óculos de proteção, máscaras de proteção e botas de proteção;
- Emergência e caminhos de fuga: posto de primeiros socorros, saídas de emergência;
- Indicação de telefone, parque de viaturas, de W.C., refeitório, dormitório, local para o lixo.

anexo V – plano de trabalhos e cronogramas de meios

plano de trabalhos e cronogramas de meios

Nota:

Antes da abertura do estaleiro o empreiteiro deverá entregar o planeamento atualizado dos seus trabalhos, que deverá constar deste anexo.

Os cronogramas de mão-de-obra e de equipamentos também devem ser incluídos neste anexo antes da abertura do estaleiro.

anexo VI – condicionantes à contratação fatores produção

condicionantes à contratação de fatores de produção

Nota:

Neste anexo devem ser introduzidas pela entidade executante antes da abertura do estaleiro, todos os condicionantes que o mesmo adote na seleção dos seus fatores de produção externos à empresa.

anexo VII – organização geral processo de segurança em obra

organização geral do processo de segurança em obra

Nota:

Neste anexo devem ser introduzidos pelo empreiteiro antes da abertura do estaleiro, todos os documentos destinados a definir os procedimentos a seguir por todos os intervenientes na obra, tendo em vista a perfeita atribuição de responsabilidades em matéria de segurança e saúde.

anexo VIII – controlo de empresas e trabalhadores

Documentação dos empreiteiros

Documentação dos trabalhadores

Resumo de apólices de seguro

documentação dos empregadores

[illegible]

(1) - Acidentes de trabalho

(2) - Com registo de entrada no IDICT

(3) - Número de identificação fiscal

documentação dos trabalhadores

Empreiteiro: _____

Nome do trabalhador	BI (1)	N.º cont.	Seg. social (2)	FA M (3)	Registo de ação de formação	Registo de entrega de EPI's	Outro

(1) - Bilhete de identidade
(2) - Consta na folha de pagamento à segurança social – atualizada
(3) - Ficha de aptidão médica

resumo de apólices de seguro

[illegible]

anexo IX – trabalhos de riscos especiais

lista de fichas de trabalhos de riscos especiais

Ficha nº	Designação
05	Montagem, desmontagem e trabalho em andaimes fixos
15	Trabalhos em altura – regras relativas a equipamentos de apoio
32	Quedas em altura
34	Trabalhos em altura

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 05

Designação

Montagem, Desmontagem e Trabalho em Andaimos Fixos

-

RISCOS	MEDIDAS
Queda	<ul style="list-style-type: none">- Preceder sempre a montagem de qualquer andaime por um estudo pormenorizado que tenha em conta, nomeadamente, a natureza do trabalho a que se destina, os condicionalismos introduzidos pela construção pré-existente, os constrangimentos impostos pelo programa de trabalhos, as condições da envolvente próxima e as restrições introduzidas pelo tipo de estrutura disponível;- Preparar elementos desenhados e escritos suficientemente pormenorizados e claros que permitam a execução da montagem, exploração e desmontagem, de um modo preciso sem dar origem a equívocos;- Destacar para a montagem operários experientes e enquadrá-los por chefias que conheçam bem o sistema de andaime a ser utilizado;- Instruir suficientemente os utilizadores sobre os limites de estabilidade e rotura da estrutura disponível e bem assim do modo correto como se devem servir dela;- Utilizar, apenas, bases de assentamento das estruturas com dimensões suficientemente largas que permitam degradar a carga. Não sendo permitido montar andaimes sobre blocos, tijolos ou outros elementos de fraca resistência;- Se for usada uma base suplementar para aumentar a superfície de apoio, ou nivelar a estrutura, ou ainda aumentar ligeiramente a altura, aquela deverá ser suficientemente sólida e estável;- Comprovar a compactação e coesão do solo quando o apoio do andaime é aí feito, de modo a prevenir futuros aluimentos ou afundamentos;- Nos prumos travados junto ao solo, se o declive exceder 30% deve-se enterrá-los a uma profundidade mínima de 20 cm;

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 05

Designação

Montagem, Desmontagem e Trabalho em Andaimos Fixos

RISCOS		MEDIDAS
Queda	<ul style="list-style-type: none">- Se a zona de apoio do andaime no solo estiver perto de um talude ou vala, ou se ainda tendo presente o programa de trabalhos, for previsível a abertura posterior de tais elementos, delimitar o terreno por elementos de contenção que garantam a sua estabilidade. Em alternativa, executar fundações tão profundas quanto aqueles condicionalismos o exijam;- Vedar provisoriamente a área de montagem do andaime, sendo que o espaço interdito à passagem e permanência de pessoas deve estar de acordo com a altura da estrutura;- Arrumar previamente as partes constituintes do andaime na zona contígua à sua montagem, separadas por tipos e tamanhos, e empilhadas de modo a garantir a sua não deterioração;- Rejeitar todos os elementos que apresentem fissuras, falta de geometria adequada, descontinuidade nas soldaduras ou pontos de ferrugem significativos;- Rejeitar peças de madeira que possuam nós soltos ou agrupados, assim como as que se apresentem pintadas ou com qualquer outro tipo de recobrimento que interfira com a inspeção visual daqueles elementos;- Não permitir a utilização de madeira que já tenha servido como elemento de cofragem;- Não passar de nível de montagem sem que estejam colocados os elementos mínimos de segurança que permitam a realização do trabalho;- Executar as ancoragens em elementos resistentes e independentes da estrutura a montar. Se se utilizar para a amarração a estrutura da obra, ter o cuidado de verificar se a ancoragem é suficientemente sólida e se se mobiliza a parte resistente da construção;	

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 05

Designação

Montagem, Desmontagem e Trabalho em Andaimos Fixos

RISCOS		MEDIDAS
Queda	<ul style="list-style-type: none">- Prevendo-se a utilização de redes ou lonas de proteção, fazer o cálculo de resistência da ancoragem, tendo em conta o sobre- esforço introduzido no andaime em consequência da maior resistência do conjunto ao vento;- Promover a utilização de cintos de segurança por parte do pessoal encarregado da montagem, sempre que tenha de permanecer ou de se deslocar em locais não protegidos contra queda de pessoas;- Os estrados de trabalho deverão ser planos e nivelados, admitindo-se excecionalmente uma inclinação máxima de 15% devidamente sinalizada;- A largura do piso deverá ser igual ou superior a 60 cm, não sendo de admitir aberturas entre tábuas ou plataformas superiores a 1 cm;- Utilizando-se madeiras sobrepostas, esta sobreposição deverá ser de pelo menos 4 vezes a espessura da prancha e nunca superior a 20 cm;- O afastamento da plataforma de pé à estrutura de construção não deverá ser superior a 25 cm. Se tal não for possível, colocar as proteções como se de um vão livre se tratasse;- Os acessos dos andaimes deverão ser feitos preferencialmente por torres exteriores ou pela estrutura já construída, se tal for possível e seguro. Em alternativa, os acessos deverão ser feitos pelo interior do próprio andaime;- <u>Os acessos verticais, entre pisos, serão feitos por escada de mão solidamente presa na extremidade superior.</u>	

trabalhos de riscos

X

especiais

correntes

Ficha nº05

DesignaçãoMontagem, Desmontagem e Trabalho em Andaimos Fixos

RISCOS		MEDIDAS
Queda de objetos	<ul style="list-style-type: none">- Não permitir a acumulação de cargas importantes numa zona restrita do andaime, nem tão pouco sujeitar a estrutura a esforços para os quais não está preparada;- Não será permitida a anulação, transferência ou fragilização das amarrações dos andaimes sem que tal seja expressamente autorizado por pessoa responsável.	
Eletrocussão	<ul style="list-style-type: none">- Ligar a estrutura dos andaimes metálicos ou mistos à terra por cabo condutor de diâmetro de 6 mm. No casos de andaimes de grande envergadura, ou sempre que existam razões para duvidar da continuidade elétrica da estrutura, executar ligações suplementares que garantam a equipotencialidade de todo o conjunto metálico.	

- NOTA:
- Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
 - Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 15

Designação

Trabalhos em Altura – Regras Relativas a Equipamentos de Apoio (andaimes, plataformas, escadas, passadiços)

RISCOS	MEDIDAS
Queda de materiais / Queda de pessoas	<ul style="list-style-type: none">- Tanto os andaimes como as plataformas devem possuir guarda corpos e rodapé;- Os andaimes não devem estar a uma distância superior a 25cm da parede de construção;- Não é permitida a utilização dos andaimes durante os temporais que comprometam a sua estabilidade ou a segurança dos trabalhadores;- Antes de subir para os andaimes móveis deve-se travar os rodízios e se necessário colocar estabilizadores;- A movimentação dos andaimes móveis deverá ser lenta, sobre superfícies desimpedidas, sem pessoas e materiais na sua plataforma;- Se a altura ultrapassar três vezes a largura da base é necessário alargar a superfície da base;- No caso de plataformas volantes o comando da plataforma deverá ser único, para garantir permanente horizontalidade e terá obrigatoriamente trincos de segurança, nos sentidos ascendente e descendente do movimento;- Os cabos, correntes e outras peças metálicas principais das plataformas e os seus acessos serão devidamente protegidos contra a oxidação;- Para as escadas também existem regras de segurança a seguir, como as seguintes apresentadas:<ul style="list-style-type: none">. Apresentarem um bom estado de conservação;. Devem estar bem fixas e travadas, para a sua utilização;. Devem ultrapassar o nível do local a que estão a dar acesso em pelo menos um metro;. Não devem ser utilizadas no transporte de cargas superiores a 30 kg, nem por vários operários em simultâneo.- Os passadiços aplicados em vãos de 2,50m devem ser fixados eficazmente nas extremidades e a partir de 2m de vão terão de ter guarda- corpos e/ou corrimão.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII

2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 32

Designação

Quedas em Altura

Plano de Segurança e Saúde | anexo IX

pg 1/2

RISCOS	MEDIDAS
Quedas Quedas em altura	<ul style="list-style-type: none">- Seleção de trabalhadores, apenas sendo permitido o trabalho àqueles que demonstrem possuir equilíbrio e firmeza indispensáveis para esse efeito.- Deverão ser tomadas medidas de proteção em todas as situações de trabalhos em altura, em que as eventuais quedas associadas possam provocar qualquer tipo de lesão. Deverão ser tomados especiais cuidados em zonas em que o solo tenha superfícies cortantes, ponteadas, pedras salientes e outros objetos que possam provocar lesões.- Equipamento de proteção coletiva:<ul style="list-style-type: none">- <u>Guarda Corpos:</u><ul style="list-style-type: none">a. Rígidos – Constituídos por tubos, barras, perfis metálicos ou tábuas de madeira solidamente implantadas, com uma altura mínima de 1,0 m e formados por 3 barras horizontais a 1,0 m, a 0,45 m e junto ao solo (guarda-cabeças). Os elementos de fixação verticais (montantes) serão constituídos por tubos ou perfis de aço espaçados de 1,0 m e cravados nos negativos das lajes.b. Flexíveis – Mantém-se o guarda-cabeças referido anteriormente, sendo utilizada uma rede vertical de malha quadrada com 10 cm de lado e 1,0 m de altura, fixada aos montantes cujo espaçamento é de 1,0m.- <u>Redes de Segurança:</u><ul style="list-style-type: none">a. Redes tipo ténis – utilizadas para proteção de aberturas em pisos e paredes e são fixadas a elementos horizontais resistentes e têm uma altura mínima de 1,0 m. Nos bordos das redes devem ser colocados cabos com um diâmetro mínimo de 10 mm e que permita suportar uma carga uniformemente distribuída DE 150 Kg/m.

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 32

Designação

Quedas em Altura

RISCOS	MEDIDAS
Quedas	b. Redes horizontais – colocadas horizontalmente e protegendo das quedas através das aberturas existentes no pavimento. Utilizadas em operações de cofragem, descofragem, betonagem e montagem de estruturas metálicas.
Quedas em altura	<p>c. Redes de grande extensão – São colocadas horizontalmente, sendo a dimensão do lado menor, igual ou superior a 8 m e geralmente fixadas a elementos estruturais pela corda perimetral. Empregues na montagem de coberturas e realização de trabalhos nas coberturas.</p> <p>- <u>Andaimes:</u></p> <p>a. Obrigatória a sua utilização sempre que os trabalhos decorram a uma altura superior a 4 m relativamente ao solo ou a outra superfície que ofereça condições de segurança.</p> <p>b. A distância às paredes é de 45 cm</p> <p>c. Os guarda-corpos dos andaimes deverão ter 1.0 m de altura e serem constituídos por duas barras horizontais e rodapé.</p>

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver anexo XIV

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 34

Designação

Trabalhos em altura

RISCOS	MEDIDAS
Quedas	- Durante a elaboração do projeto, e antes de efetuar a implementação do estaleiro, efetuar um estudo pormenorizado dos dispositivos previstos;
Queda de pessoas a nível diferente	- Antes de se iniciarem quaisquer trabalhos em altura, deve ser efetuada uma avaliação dos riscos;
Queda de pessoas ao mesmo nível	- Devem ser disponibilizados os equipamentos de trabalho necessários e implementados as medidas e métodos de trabalho adequados;
Queda de objetos em manipulação	- Seleção de trabalhadores, apenas sendo permitido o trabalho àqueles que demonstrem possuir equilíbrio e firmeza indispensáveis para esse efeito.
Quedas em altura	- Deverão ser tomadas medidas de proteção em todas as situações de trabalhos em altura, em que as eventuais quedas associadas possam provocar qualquer tipo de lesão. Deverão ser tomados especiais cuidados em zonas em que o solo tenha superfícies cortantes, ponteagudas, pedras salientes e outros objetos que possam provocar lesões.
-	- Todos os trabalhos em altura, incluindo os de curta duração (que demoram minutos e não horas), requerem um planeamento cuidadoso, de modo a minimizar os riscos para os trabalhadores;
	- Durante a realização de trabalhos em altura, devem ser tidas em conta as condições atmosféricas, já que o gelo ou o tempo húmido ou ventoso podem aumentar significativamente o risco de queda de pessoas ou materiais;
	- Ter particular atenção aos pontos singulares da construção ou dos trabalhos, nomeadamente, aberturas, acessos, condições de montagem dos equipamentos e pontos de conflito entre as diversas tarefas previstas;
	- <u>Evitar o imprevisto e procurar as soluções mais adequadas;</u>

trabalhos de riscos

☒ especiais

☐ correntes

Ficha nº 34

Designação

Trabalhos em altura

Plano de Segurança e Saúde | anexo IX

pg 2/2

RISCOS		MEDIDAS
Quedas	-	Instalar o mais rapidamente possível as proteções definitivas;
Queda de pessoas a nível diferente	-	Equipamento de proteção coletiva: Guarda Corpos, Redes de segurança, andaimes (Obrigatória a sua utilização sempre que os trabalhos decorram a uma altura superior a 4 m relativamente ao solo ou a outra superfície que ofereça condições de segurança)
Queda de pessoas ao mesmo nível	-	As medidas de proteção coletiva, no caso de a proteção dos trabalhadores não ficar devidamente assegurada, devem ser complementadas com medidas de proteção individual;
Queda de objetos em manipulação	-	É obrigatória a utilização de andaimes ou de plataformas de trabalho ainda que não enquadradas em andaimes, nas obras de construção em que os trabalhadores tenham de trabalhar em locais que configurem um risco de queda de mais de 2,00m a partir da base de apoio dos pés;
Quedas em altura	-	Prever o máximo de operações no solo: sempre que possível deve-se trabalhar ao nível do solo;
	-	Impedir a queda através de proteções coletivas: guarda-corpos e rodapés;
	-	Limitar a queda através de superfícies de recolha: redes de proteção;
	-	<u>Utilizar equipamento de proteção individual: cinto ou arnês de segurança;</u>

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

anexo X – trabalhos de riscos correntes

Lista de fichas de trabalhos de riscos correntes

Ficha nº	Designação
1	Impacte ambiental relacionado com a saúde dos trabalhadores
2	Utilização de equipamentos de movimentação de materiais
3	Abertura de valas e caboucos
6	Manuseamento de aparelhos de ar comprimido
7	Dispositivos de proteção
8	Segurança coletiva e saúde
11	Trabalhos com ferramentas e equipamentos
21	Movimentação manual de cargas
26	Instalações elétricas da obra
27	Trabalhos de eletricidade
30	Trabalhos de pintura

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 01

Designação

Impacte Ambiental Relacionado com a Saúde dos Trabalhadores

RISCOS		MEDIDAS
Poluição de nível freático	-	Organizar a circulação do equipamento e viaturas pesadas, definindo e evitando o trânsito desordenado e a compactação dos solos em áreas extensas.
Poluição de águas superficiais	-	Humedecer os locais onde podem ocorrer maiores emissões de poeiras, através de rega controlada dos mesmos.
Destruição de vegetação	-	Cobrir os montes de detritos depósitos de terra a fim de evitar o seu arrasto pelo vento, principalmente na proximidade de locais habitados e das redes viárias.
	-	Evitar a contaminação accidental das águas superficiais e subterrâneas, decorrente da presença de equipamento e de descargas accidentais bem como de derramamento de combustíveis e óleos, muito especialmente estes últimos pela sua menor volatilidade, mediante as seguintes ações:
Poeiras	. Implementação de programas de controlo de vazamentos e derramamentos;	
	. Coletar resíduos e óleos provenientes de vazamentos e derrames e dispô-los adequadamente, de preferência longe dos aquíferos;	
	. Utilização de tinas de retenção.	
	-	Preservar, dentro do possível, os écrans de vegetação.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos



especiais



correntes

Ficha nº

02

Designação

Utilização de equipamentos de movimentação de materiais (Gruas torre, gruas móveis, pórticos)

RISCOS		MEDIDAS
Quedas Esmagamento	<ul style="list-style-type: none">- Nunca se deve ultrapassar a carga máxima autorizada;- No final do dia de trabalho deixa-se a lança em posição livre;- Nunca se pode fazer elevação de cargas de uma forma oblíqua;- Serão realizadas operações de manutenção consoante o fabricante do equipamento, e a legislação em vigor;- Os restantes trabalhadores em obra não se devem colocar por baixo de cargas suspensas, nem nas áreas de descarga;- Quando existir mais de uma grua em obra, é necessário ter em especial atenção as linhas de ação das gruas, para não intercetarem umas nas outras;- O condutor manobrador deverá ter habilitações e características físicas e psicológicas para o desempenho das suas funções;- No final dos trabalhos não é permitida a permanência de cargas suspensas nas gruas.	
Cortes (cabos, correntes...)	<ul style="list-style-type: none">- Quando se utilizar correntes, ligas, ou cintas deve-se verificar sempre os ângulos de colocação no material, bem como evitar o contacto direto com estes.	
Eletrocussão	<ul style="list-style-type: none">- É necessário ter um cuidado especial à existência de cabos aéreos elétricos de alta tensão, respeitando sempre as distâncias de segurança.	

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 03

Designação

Abertura de Valas e Caboucos

RISCOS	MEDIDAS
Desabamento do coroamento da escavação	<ul style="list-style-type: none">- Obter toda a informação necessária sobre o terreno;- Condicionar a circulação dos veículos, minimizando as vibrações nos terrenos;
Desabamento de estruturas vizinhas	<ul style="list-style-type: none">- Definir previamente o processo de entivação a usar;- Não permitir a colocação de materiais ou sobrecargas a uma distância de coroamento inferior a 1/3 da profundidade da escavação;- Vigiar constantemente os trabalhos e interrompe-los sempre que se detete algo de anormal que possa constituir um risco.
Aluimento devido às intempéries	<ul style="list-style-type: none">- Abrir uma valeta impermeável, a uma distância razoável dos bordos da zona a escavar, destinada a desviar as águas da chuva ou outro tipo de ocorrência;- Colocar em reserva bombas de escoamento de água de caudal e com potência suficiente;
Alagamento rápido da abertura devido ao corte ou perfuração de tubos de água ou rotura nas paredes naturais do lençol freático	<ul style="list-style-type: none">- É necessário estabelecer contacto, com as diversas entidades exploradoras de serviços públicos ou privadas de água, eletricidade, gás, telefone, etc., para informar a localização exata dessas condutas. Posteriormente sinaliza-se essas condutas para poder dar início aos trabalhos de escavação.

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 03

Designação

Abertura de Valas e Caboucos

RISCOS	MEDIDAS
Choques e entalamento na movimentação de cargas	<ul style="list-style-type: none">- Colocar a entivação de tal modo que sobressaia pelo menos 15 cm acima da cota superior do terreno, criando assim um rodapé a toda a volta da abertura;- Se necessário iluminar as zonas de trabalho.
Choques com as estruturas de suporte (entivação)	<ul style="list-style-type: none">- A arrumação de todos os materiais e equipamentos de trabalho é essencial;- Executar passadiços dotados de guarda-corpos e rodapé para colocar nas zonas de passagem em valas de comprimento superior a 15 metros;
Queda de pessoas e materiais provenientes da parte superior da vala	<ul style="list-style-type: none">- Colocar guarda a toda a volta da escavação e reforçar a sinalização luminosa;- Delimitar a zona de trabalhos e colocar sinalização adequada para a orientação de pessoas e viaturas.
	<ul style="list-style-type: none">- Assegurar o controlo da atmosfera na vala ou na sapata.
“Enchimento” da vala ou sapata com gases mais pesados que o ar e com origem no terreno ou instalações próximas	

NOTA:

trabalhos de riscos

- especiais
- X correntes
1.

Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2.

Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 06

Designação

Manuseamento de Aparelhos de Ar Comprimido

RISCOS		MEDIDAS
Poeira Corpos estranhos nos olhos	<ul style="list-style-type: none">- Nos trabalhos de limpeza de pavimentos colocar o operador do lado de onde sopra o vento;- Proteger os postos de trabalho vizinhos com anteparos a fim de conter a projeção de faíscas e partículas abrasivas.	
Ruído Explosão	<ul style="list-style-type: none">- Verificar as cubas, válvulas e mangueiras;- Efetuar a manutenção do regulador de velocidade.	
Vibração Silicose	<ul style="list-style-type: none">- Proteger as válvulas dos aparelhos de ar comprimido;- Ao aplicar jatos de ar:<ul style="list-style-type: none">. Reduzir a pressão a menos de 1 atmosfera;. Munir o bico de ar comprimido de um disco de proteção.	

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 07

Designação

Dispositivos de Proteção

RISCOS		MEDIDAS
Ferimentos	-	Montar dispositivos de proteção adequados nos seguintes equipamentos:
Poeiras		. ferramentas manuais;
Corpos estranhos		. ferramentas elétricas;
nos		. ferramentas pneumáticas;
olhos		. máquinas para trabalhar madeiras
Ruído		. instalações elétricas;
Eletrocussão		. aparelhos sob pressão.
Vibração		
Silicose		
Esmagamento		
Explosão		

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 08

Designação

Segurança Coletiva e Saúde

RISCOS	MEDIDAS
Improvisação o Incoerência	<ul style="list-style-type: none">- Pôr em funcionamento os serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.- Pôr em funcionamento as comissões de higiene e segurança no trabalho.- Aprofundar, atualizar e concretizar o plano de segurança e saúde (PSS), por forma a torná-lo preciso e específico às tarefas a realizar.- Relatório semanal de segurança, incluindo:<ul style="list-style-type: none">. O registo dos acidentes por causas, localização e natureza das lesões e consequências ao nível da incapacidade provocada e respetivo tratamento estatístico;. Os relatórios de vistoria dos equipamentos;. A composição das diferentes equipas de trabalho;. A correção e ou ajustamento do PSS em relação às tarefas em curso;. A pormenorização do PSS relativamente às próximas tarefas.- Concretizar um plano de ações de formação para o pessoal em obra, sobre os métodos e os riscos que pode correr, juntamente com as medidas de segurança que deverá empregar.- Estabelecer, atualizar e difundir o plano de organização dos socorros:<ul style="list-style-type: none">. Lista nominativa dos socorristas da equipa;. Acessos adequados às frentes de trabalho, em condições de circulação permanente;. Área para helicóptero;. Telecomunicações.

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 08

Designação

Segurança Coletiva e Saúde

RISCOS		MEDIDAS
Improvisação	-	Afixar os procedimentos de segurança.
	-	Utilizar sempre os equipamentos adequados às tarefas;
Incoerência (continuação)	-	Controle do estado dos equipamentos por entidade competente;
	-	Verificar a qualificação ou habilitações dos operários especializados designados;
	-	Estabelecer um plano de visitas:
		. Lista com a identificação dos diferentes intervenientes e responsáveis da obra;
		. Identificação dos acompanhantes para as visitas ao estaleiro da obra;
		. Obrigatoriedade do visitante utilizar todos os EPI necessários ao decurso da visita.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos



especiais



correntes

Ficha nº 11

Designação

Trabalhos com Ferramentas e Equipamentos

RISCOS		MEDIDAS
Corpos estranhos nos olhos	-	Montar dispositivos de proteção adequados nos seguintes equipamentos: <ul style="list-style-type: none">. ferramentas manuais;
Ruído		<ul style="list-style-type: none">. ferramentas elétricas;. ferramentas pneumáticas;
Eletrocussão		<ul style="list-style-type: none">. máquinas para trabalhar madeiras;
Silicose		<ul style="list-style-type: none">. instalações elétricas;
Esmagamento		<ul style="list-style-type: none">. aparelhos sob pressão.
Explosão		

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 21

Designação

Movimentação Manual de Cargas

RISCOS		MEDIDAS
Lesões na coluna	-	Selecionar o meio mais conveniente para proceder à movimentação dos produtos. - Verificar previamente as condições do local onde se vai realizar o trabalho e as características dos materiais a movimentar. - O transporte de materiais compridos deverá ser sempre realizado por dois operários.
Esmagamento	-	Na utilização de meios auxiliares de transporte:
Contusões		Rolos cilíndricos: <ul style="list-style-type: none">. Não entalar os dedos entre os rolos e as peças a transportar;. Os rolos deverão ter comprimento e a robustez suficientes;. Os cilindros colocados por baixo da carga deverão ser deslocados com uma barra e nunca com as mãos ou pés. Macacos: <ul style="list-style-type: none">. Verificar o escoramento dos macacos, de forma a assegurar a sua estabilidade;. Verificar se o macaco suporta a carga;. Prever escoras de segurança.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 26

Designação

Instalações Elétricas da Obra

RISCOS		MEDIDAS
Eletrocussão	- Cabine do Quadro Geral:	
Queimaduras		<ul style="list-style-type: none">. Montar a cabine do quadro geral da obra em local acessível, sobrelevado e limpo de vegetação;
Incêndio		<ul style="list-style-type: none">. Ligar eletricamente todas as partes metálicas entre si e ligá-las à terra de proteção;. Instalar uma terra de proteção com baixo valor de resistência ($<20 \Omega$);. Permitir o acesso ao interior da cabine só ao pessoal qualificado, pelo que deverá estar equipado com fechadura com chave própria;. O corte geral da corrente deverá ter fácil acesso;. Afixar no exterior da cabine um ou mais sinais bem visíveis referindo o risco elétrico;. O quadro elétrico deverá possuir as seguintes características:<ul style="list-style-type: none">• Inacessibilidade às peças em tensão;• Separação dos circuitos;• Ligação das massas metálicas à terra;• Circuitos de iluminação independentes dos circuitos de tomadas.. A cablagem suspensa sobre os acessos para veículos deverá estar colocada a uma altura ao solo superior a 5.0 m e de 2.5 m para caminhos pedonais;. No caso da cablagem enterrada esta deverá ser instalada a uma profundidade mínima de 0.80 m e possuir características adequadas ou ser protegida por tubos de classe de resistência mecânica M 7;. Evitar a sobrecarga nos condutores;. A distância entre a rede elétrica (tomadas, interruptores) e a rede de água não poderá ser inferior a 2.0 m;. As tomadas de corrente deverão ser do tipo “estanque com tampa”;

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 26

Designação

Instalações Elétricas da Obra

RISCOS		MEDIDAS
Eletrocussão		. As instalações e os equipamentos elétricos deverão ser do tipo antideflagrante sempre que sejam utilizadas colas do tipo “contacto”, solventes de gorduras, etc;
Queimaduras		. Equipar o sistema com disjuntores diferenciais adequados à resistência de terra de proteção (a medir no local);
Incêndio		. Proteger os cabos sob tensão;
		. Manter limpa a área adjacente à cabine, nomeadamente de substâncias combustíveis e/ou inflamáveis;
		- Os quadros elétricos móveis deverão ser construídos em materiais plásticos semi flexíveis resistentes ao choque e estanques. Deverão possuir um interruptor de corte geral, disjuntor diferencial e um disjuntor magneto térmico por cada tomada de corrente disponível;
		- Preferencialmente a instalação elétrica da rede principal deverá ser enterrada tendo o cuidado de executar uma planta rigorosa da implantação dos cabos;
		- Os condutores deverão estar dimensionados para os consumos previstos e serem compatíveis com as proteções instaladas nos circuitos. De qualquer modo, a sua exploração deverá ser feita em segurança, evitando qualquer sobrecarga.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 27

Designação

Trabalhos de Eletricidade

RISCOS		MEDIDAS
Electrocussão	-	Proceder aos controlos regulamentares;
Queimaduras	-	Verificar a ligação à terra e proteger os cabos sob tensão;
	-	Verificar a eficácia de todos os disjuntores diferenciais;
Quedas	-	Proteger os trabalhadores contra os contactos directos e indirectos das instalações, ligando as massas destas à terra e empregando aparelhos equipados com proteções diferenciais, que assegurem não poder ser atingida uma tensão de contacto superior a 25 V;
Incêndio	-	
Explosão	-	Nomear um responsável técnico idóneo e habilitado para o acompanhamento dos trabalhos, que deverá proceder à verificação regular da instalação;
	-	Designar nominativamente os eletricistas habilitados;
	-	Sempre que os trabalhos sejam realizados em corte de tensão, o eletricista responsável pela execução dos trabalhos deve ter em seu poder os meios de comutação de forma a assegurar que ninguém poderá restabelecer a ligação enquanto os trabalhos estiverem a decorrer;
	-	Utilização de ferramentas e máquinas adequadas aos trabalhos de eletricidade.

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 30

Designação

Trabalhos de Pintura

RISCOS	MEDIDAS
Quedas em altura	<ul style="list-style-type: none">- No caso dos trabalhadores estarem colocados num nível superior ao do pavimento, a proteção dos vãos com guarda-corpos deverá ser 90 cm acima da plataforma de trabalho do trabalhador;- Utilizar as proteções e cuidados já referidos para os trabalhos em andaimes e em locais com vãos desprotegidos (janelas, caixas de elevadores, etc.);- As zonas de trabalho devem estar limpas, demarcadas e balizadas;- Os andaimes equipados com rodas deverão ser imobilizados, através de calços ou recorrendo aos dispositivos próprios muitas vezes incorporados no próprio equipamento, antes da sua utilização;- A movimentação das plataformas de trabalho só será feita depois da descida de todos os trabalhadores e sem nenhum material sobre elas que possa cair aquando a sua movimentação;- Nas zonas desniveladas, como sejam rampas e escadas, proceder ao nivelamento das plataformas através de “fusos” extensíveis incorporados nas suas bases;- Quando a plataforma não incorpora dispositivos de nivelamento recorrer a calços de madeira ou de outro material suficientemente resistente e que ofereça uma base segura e solidária com a estrutura. Em nenhum caso se admitirá o nivelamento com o auxílio de tijolos, blocos ou materiais similares;- Nos trabalhos junto a vãos desprotegidos (janelas, caixas de elevadores, etc.) utilizar cintos de segurança com espia, a não ser que a plataforma de trabalho incorpore proteção suficiente para esses casos especiais;- Nos locais de passagem e, nomeadamente, junto às portas ter-se-á o cuidado de criar dispositivos suficientes que evitem que <p><u>terceiros possam inadvertidamente provocar a instabilidade da plataforma de trabalho do pintor.</u></p>

trabalhos de riscos

☐ especiais

☒ correntes

Ficha nº 30

Designação

Trabalhos de Pintura

RISCOS		MEDIDAS
Intoxicações	- Os locais de pintura devem estar ventilados ou por ventilação natural (arejamento através de portas e janelas abertas) ou por ventilação (exaustão). - Não iniciar as operações de pintura sem ler as indicações existentes nos rótulos e que devem ser cumpridas.	
Electrocussão	- Proibição de chamas abertas, aparelhos elétricos que não sejam do tipo “anti-deflagrante” e de todos os trabalhos que possam constituir fonte de ignição, nos locais de realização de pinturas que libertem vapores inflamáveis;	
Incêndio	- Utilizar sempre que possível produtos com solventes à base de água;	
Explosão	- Organizar locais de armazenagem com os stocks mínimos necessários; - Proibição de comer ou fumar na zona de aplicação de tintas e vernizes, bem como durante o seu período de secagem, sempre que os produtos contenham dissolventes não aquosos; - O transvase de produtos inflamáveis deverá ser executado de pequena altura, lentamente. No caso do vasilhame ser metálico ligar os recipientes, emissor e recetor, eletricamente um ao outro. Estas operações deverão ser executadas longe das fontes de ignição e com o apoio de extintores de pó químico seco; - Os materiais usados na limpeza dos utensílios da pintura devem ser colocados em recipientes metálicos e removidos do local de trabalho logo que seja possível.	
- Quedas ao mesmo nível	- Os locais onde estejam a decorrer trabalhos de pintura, deverão estar limpos e arrumados.	

NOTA:

1. Equipamentos de proteção coletiva – exigências mínimas – Ver Anexo XIII
2. Equipamentos de proteção individual – exigências mínimas – Ver Anexo XIV

anexo XI – materiais com riscos especiais

Registo de materiais com riscos especiais

registo de materiais com riscos especiais

Nº	Materiais	Riscos Potenciais	Avaliação do Risco		
			B	M	A
1	Betões e argamassas	- Dermatoses			X
2	Cimentos	- Dermatoses - Problemas respiratórios		X	
3	Tintas e vernizes	- Tonturas - Náuseas		X	
4	Monomassas	- Impactos na Aplicação	X		
5	Óleo de descofragem	- Carcinomas		X	
6	Aditivos para betão	- Carcinomas - Irritações	X		
7	Aditivos epóxi	- Dermatoses	X		
8	Hidrorrepelentes	- Carcinomas - Dermatoses		X	
9	Biocida	- Dermatoses - Problemas respiratórios			X
10	Herbicidas	- Dermatoses - Problemas respiratórios			X

B – Baixo

M – Médio

A – Alto

anexo XII – plano de formação e informação

Registo de formação

registo de formação

Obra _____

Hora _____ Data _____

Local _____

Tema da _____ formação

Duração da formação _____

Nome do trabalhador em	Assinatura
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Observações:

Assinatura Dono de Obra, ou Técnico responsável _____ Data: _____	Assinatura do _____ Data: _____
---	---

anexo XIII – plano de proteção coletiva

Equipamentos de proteção coletiva

Plano de proteções coletivas

equipamentos de proteção coletiva

O equipamento de proteção coletiva deverá ser adaptado às condições reais de realização do trabalho (climatéricas, segurança estrutural, circulações,...) e validado pelo coordenador de segurança e saúde em fase de obra sob proposta do empreiteiro.

Essa validação é obrigatória para todos os casos de riscos especiais.

Deverão ser tomadas medidas de proteção em todas as situações de trabalhos em altura, em que as eventuais quedas associadas possam provocar qualquer tipo de lesão. Deverão ser tomados especiais cuidados em zonas em que o solo tenha superfícies cortantes, pontiagudas, pedras salientes e outros objetos que possam provocar lesões.

Apresentam-se em seguida exigências mínimas a respeitar para alguns casos de equipamentos de proteção coletiva a usar eventualmente.

EXIGÊNCIAS MINÍMAS

Redes de segurança:

- Redes tipo ténis – utilizadas para proteção de aberturas em pisos e paredes e são fixadas a elementos horizontais resistentes e têm uma altura mínima de 1,0 m. Nos bordos das redes devem ser colocados cabos com um diâmetro mínimo de 10 mm e que permita suportar uma carga uniformemente distribuída de 150 Kg/m.
- Redes horizontais – colocadas horizontalmente e protegendo das quedas através das aberturas existentes no pavimento. Utilizadas em operações de cofragem, descofragem, betonagem e montagem de estruturas metálicas.
- Redes de grande extensão – São colocadas horizontalmente, sendo a dimensão do lado menor, igual ou superior a 8 m e geralmente fixadas a elementos estruturais pela corda perimetral. Empregues na montagem de coberturas e realização de trabalhos nas coberturas.

Guarda-corpos:

- Rígidos – Constituídos por tubos, barras, perfis metálicos ou tábuas de madeira solidamente implantadas, com uma altura mínima de 1,0 m e formados por 3 barras horizontais a 1,0 m, a 0,45 m e junto ao solo (guarda-cabeças). Os elementos de fixação verticais (montantes) serão constituídos por tubos ou perfis de aço espaçados de 1,0 m e cravados nos negativos das lajes.
- Flexíveis – Mantém-se o guarda-cabeças referido anteriormente, sendo utilizada uma rede vertical de malha quadrada com 10 cm de lado e 1,0 m de altura, fixada aos montantes cujo espaçamento é de 1,0 m.

equipamentos de proteção coletiva

Andaimes:

- Obrigatória a sua utilização sempre que os trabalhos decorram a uma altura superior a 4 m relativamente ao solo ou a outra superfície que ofereça condições de segurança.
- A distância às paredes não deverá ser superior a 25 cm. Se tal não for possível, colocar as proteções como se de um vão livre se tratasse.

Os guarda-corpos dos andaimes deverão ter 1.0 m de altura e serem constituídos por duas barras horizontais e rodapé.

Plataformas de trabalho:

As plataformas de trabalho são utilizadas em fachadas para assegurar a circulação e a proteção do pessoal envolvido na execução de diversos trabalhos como, por exemplo, na montagem e desmontagem dos moldes para cofragens de paredes exteriores.

Uma plataforma de trabalho é constituída por um conjunto de elementos estruturais que formam o suporte de apoio à plataforma propriamente dita, devendo ser excluídas todas as soluções em que os elementos estruturais não foram concebidos para a sua montagem.

Uma plataforma de trabalho pode ser constituída por diferentes elementos cujas principais características e regras gerais a observar são:

Soalho (ou plataforma propriamente dita):

O soalho além de ser dimensionado para resistir aos esforços aplicados deve ser horizontal, antiderrapante, regulável em comprimento e as suas partes extensíveis estarem equipadas com peças que permitam receber as proteções laterais.

A largura mínima de uma plataforma de trabalho deve ser de 1,5 m e o espaço entre o extremo inferior do soalho e a parede de suporte deve ser inferior a 5 cm.

Estrutura de suporte (formada por consolas, longarinas e viga de apoio):

Os suportes constituem sistemas de fixação da plataforma ao elemento rígido da obra, sendo portanto elementos fundamentais e que exigem dimensionamento adequado em função dos esforços aplicados, nomeadamente os devidos a:

- peso próprio da plataforma;
- cargas provocadas pela circulação do pessoal;
- cargas de exploração (por exemplo cofragens e peças acessórias aprovoadas durante as operações de cofragem);
- cargas acidentais nomeadamente as devidas à ação do vento.

equipamentos de proteção coletiva

Os suportes são constituídos fundamentalmente pela ancoragem que assegura a fixação ao elemento existente, e por um perfil que recebe a travessa de apoio da plataforma.

Sistema de proteção contra quedas em altura:

A proteção contra quedas em altura é em geral assegurada por um guarda-vento com uma inclinação máxima de 30° destinado a intercetar e parar a queda de um corpo que tombe de uma altura inferior ou igual a 3m, por exemplo, após acesso ao piso superior, para uma velocidade inicial horizontal de 2 m/s.

O guarda-vento é constituído por um quadro rígido com um rodapé na base, no qual é fixada uma rede de proteção, devendo ainda ser extensível para que seja adaptável aos possíveis alongamentos do soalho da plataforma.

A proteção da extremidade deve também ser assegurada, quer por uma guarda-corpos de 1 m de altura (com um sub-elemento horizontal a 0,45 m e rodapé de 0,15 m de altura), quer por um guarda-vento. Saliente-se que as proteções de extremidade devem ser amovíveis para permitir a ligação de plataformas quando necessárias para diferentes trabalhos.

Bailéus:

Um bailéu é constituído por uma plataforma nivelada por 2 ou 3 órgãos de suspensão e de manobras, fixos a pontos de ancoragem ou a dispositivos de suspensão. A plataforma tem geralmente um comprimento máximo de 8 m, devendo a sua largura ser no mínimo 0,55 m e ser totalmente protegida por guarda-corpos e rodapés com as dimensões já indicadas.

Devem ser concebidos para suportar a carga máxima de utilização e serem o mais estáveis possível às ações acidentais estáticas ou dinâmicas.

NOTA: Na execução de trabalhos em altura deve-se realizar uma seleção dos trabalhadores, apenas sendo permitido o trabalho àqueles que demonstrem possuir equilíbrio e firmeza indispensáveis para esse efeito.

plano de protecções colectivas

RISCOS	MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA
Queda em altura	Utilização de guarda-corpos nas bordaduras das lajes dos pisos e aberturas neles existentes (caixa de elevadores, courettes); redes de proteção exterior; delimitação de escavações com guardas; execução adequada de andaimes; correta utilização de escadas de mão; execução de cofragens de pilares e paredes incorporando nestas as respetivas plataformas de trabalho – sistema de segurança integrada.
Queda ao mesmo nível	Limpeza do estaleiro; arrumação ordenada de materiais de construção e de equipamentos do estaleiro.
Soterramento	Entivação adequada de valas; execução de taludes tendo em conta a natureza do terreno e as condições atmosféricas; delimitação de escavações efetuadas com guardas.
Eletrocussão	Colocação de guardas de proteção (junto a postos de transformação ou linhas elétricas).
Queda de objetos	Execução de passarelas com cobertura de proteção (acessos às construções em execução, sobre os passeios públicos – quando as construções confinam com a via pública).

anexo XIV – plano de proteção individual

EPI de uso obrigatório e temporário por categorias profissionais

Equipamentos de proteção individual

Registo de distribuição de EPI's

EPI de uso obrigatório e temporário por categorias profissionais

Cat. Profissional	EPI de uso obrigatório	EPI de uso temporário
Diretor da obra	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	- Protetores auriculares
Encarregado	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	- Protetores auriculares
Chefe de equipe	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	- Protetores auriculares
Topógrafo	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	
Pedreiro	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica	- Protetores auriculares - Luvas de proteção química - Óculos de proteção - Cinto de Segurança
Armador de ferro	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica	- Protetores auriculares
Carpinteiro de toscos	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica	- Protetores auriculares - Luvas de proteção química
Montador de cofragens	- Capacete de proteção com francalete - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica	- Protetores auriculares - Máscara filtrante antigás - Óculos de proteção - Cinto de segurança
Vibradorista	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica - Tampões auriculares	- Protetores auriculares
Carpinteiro de limpos	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	
Servente	- Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço	- Protetores auriculares - Máscara filtrante antigás - Máscara filtrante anti poeira - Óculos de proteção - Cinto de segurança
Condutor manobrador	- Botas com palmilha e biqueira de aço	- Capacete de proteção - Protetores auriculares

EPI de uso obrigatório e temporário por categorias profissionais

Cat. Profissional	EPI de uso obrigatório	EPI de uso temporário
Canalizador	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Luvas
Canteiro	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Protetores auriculares - Óculos de proteção
Eletricista	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Luvas de proteção química não condutoras - Cinto de Segurança
Estucador	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Óculos de proteção
Impermeabilizador	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	
Marteleiro	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Protetores auriculares - Luvas de proteção mecânica - Máscara filtrante anti poeira - Óculos de proteção 	
Montador de andaimes	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica - Cinto de segurança 	
Motorista	<ul style="list-style-type: none"> - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Luvas de proteção Mecânica
Pintor	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção com francalete - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Máscara filtrante antigás - Óculos de proteção
Serralheiro	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Protetores auriculares
Soldador	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço - Luvas de proteção mecânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Máscara ou capacete para soldador - Aventais
Torneiro	<ul style="list-style-type: none"> - Capacete de proteção - Botas com palmilha e biqueira de aço 	<ul style="list-style-type: none"> - Protetores auriculares

Equipamentos de proteção individual

PARTE DO CORPO A PROTEGER	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
• CABEÇA	<ul style="list-style-type: none"> - Capacetes de proteção - Coberturas de proteção da cabeça
• OUVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> - Tampões para os ouvidos - Capacetes envolventes - Protetores auriculares - Protetores contra o ruído
• OLHOS E ROSTO	<ul style="list-style-type: none"> - Óculos com aros - Óculos isolantes - Escudos faciais - Máscaras e capacetes para soldadura
• VIAS RESPIRATÓRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Aparelhos filtrantes - Aparelhos isolantes com aprovisionamento de ar
• MÃOS E BRAÇOS	<ul style="list-style-type: none"> - Luvas contra agressões mecânicas - Luvas contra agressões químicas - Luvas para Eletricistas e antitérmicas - Mangas protetoras - Punhos de couro
• PELE	<ul style="list-style-type: none"> - Cremes de proteção
• TRONCO E ABDÔMEN	<ul style="list-style-type: none"> - Coletes, casacos e aventais de proteção contra agressões mecânicas - Coletes, casacos e aventais de proteção contra agressões químicas - Cintos de segurança do tronco
• PÉS E PERNAS	<ul style="list-style-type: none"> - Sapatos de salto raso - Botas de segurança - Sapatos com biqueira de proteção - Sapatos com sola anti calor - Sapatos e botas de proteção contra o calor - Sapatos e botas de proteção contra o frio - Sapatos e botas de proteção contra as vibrações - Sapatos e botas de proteção anti estáticos - Sapatos e botas de proteção isolantes - Joelheiras - Protetores amovíveis do peito do pé - Polainas - Solas amovíveis anti calor - Solas amovíveis anti perfuração - Solas amovíveis anti transpiração

Equipamentos de proteção individual

PARTE DO CORPO A PROTEGER	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
<ul style="list-style-type: none">CORPO INTEIRO	<ul style="list-style-type: none">- Cintos de segurança- Vestuário de trabalho (fato-macaco)- Vestuário de proteção contra agressões mecânicas- Vestuário de proteção contra agressões químicas- Vestuário de proteção contra calor- Vestuário de proteção contra o frio- Vestuário anti poeira- Vestuário e acessórios fluorescentes de sinalização- Coberturas de proteção

registo de distribuição de EPI's

Dono de obra: Obra: Empreiteiro:

Nome do trabalhador:		Numero:	
Designação do EPI	Riscos (1)	Recepção (2)	Devolução (3)
		Data: Ass:	Data: Ass:
		Data: Ass:	Data: Ass:
		Data: Ass:	Data: Ass:

(1) - Indicar códigos de acordo com a tabela abaixo

(2) - Assinatura do trabalhador

(3) - Assinatura de quem recebe

Riscos a proteger	
1 - Quedas em altura 2 - Quedas ao mesmo nível 3 - Quedas de objetos 4 - Queda por escorregamento 5 - Objetos pontiagudos ou cortantes 6 - Esmagamento do pé 7 - Torção do pé 8 - Choque ao nível do maléolus 9 - Choque ao nível do metatarso 10 - Choque ao nível da perna	11 - Pancadas na cabeça 12 - Cortes 13 - Estilhaços 14 - Entalamentos 15 - Electrocução 16 - _____ 17 - _____ 18 - _____ 19 - _____ 20 - _____

Declaração:	
Declaro que recebi os equipamentos de proteção individual acima mencionados, comprometendo-me a utilizá-los corretamente de acordo com as instruções recebidas, a conservá-los e mantê-los em bom estado, e a participar todas as avarias ou deficiências de que tenha conhecimento.	
Data: / /	Assinatura:

Responsável pela segurança do empreiteiro	
Ass.: _____	Data: / /
Diretor de obra	
Ass.: _____	Data: / /

anexo XV – inspeção e prevenção

Ficha-tipo nº 1 – procedimentos de inspeção e prevenção

Legenda ficha-tipo nº 1

Ficha-tipo nº 2 – registo de inspeção e prevenção Legenda
ficha-tipo nº 2

Ficha-tipo nº 3 – registo de não conformidade e ações
corretivas

Legenda ficha-tipo nº 3

ficha-tipo nº I: procedimentos de inspeção e prevenção

Dono de obra

(1)

Representante

(5)

Obra

(2)

Projeta

(3)

Coord. Seg. e Saúde - projeto

(6)

Empreiteiro

(4)

Coord. Seg. e Saúde – obra

(7)

Número

(9)

Pg.

(10)

Operação de construção / Elemento de construção								Código	
(11)									(12)
Verificações / tarefas		Riscos	Documentos de referência	Ações de prevenção / proteção				Frequência de inspeção	PP
				PC	PI	OU			
	(13)	(14)	(15)				(16)	(17)	(18)
Responsável por elementos base Ass.: (19)				Data:				Responsável por adequação ao estaleiro Ass.: (20)	
								Data:	

legenda - ficha-tipo nº I: procedimentos de inspeção e prevenção

- (1) **Dono de Obra:** Posição destinada à identificação do Dono de Obra
- (2) **Obra:** Designação atribuída ao empreendimento/obra, podendo ser utilizadas abreviaturas apropriadas
- (3) **Projetista:** Posição destinada à identificação do Projetista. Poder-se-á considerar o coordenador geral do projeto ou o autor do projeto da especialidade a que a ficha em causa se refere.
- (4) **Empreiteiro:** Nome do empreiteiro ou sub-empreiteiro responsável pela elaboração ou adaptação da ficha ao empreendimento em causa.
- (5) **Representante:** Nome da pessoa individual que representa o Dono de Obra para todos os assuntos relacionados com a realização do empreendimento.
- (6) **Coordenador do Projeto em matéria de Segurança e Saúde:** Nome da pessoa individual ou coletiva, nomeada pelo Dono de Obra para durante a fase do projeto, elaborar o Plano de Segurança e Saúde.
- (7) **Coordenador da Obra em matéria de Segurança e Saúde:** Nome da pessoa individual ou coletiva, nomeada pelo Dono de Obra para executar, durante a realização da obra, as tarefas de coordenação previstas na Diretiva Estaleiros.
- (8) **Código da obra:** Posição para registo, nos casos aplicáveis, do código atribuído ao empreendimento.
- (9) **Número:** Posição para registo do número de ordem sequencial das fichas pertencentes a determinado grupo. Para isso, dever-se-ão organizar arquivos classificados por tipos de fichas.
- (10) **Páginas:** Nesta posição registam-se o número de páginas de cada ficha na forma “número de página/total de páginas”.
- (11) **Operação de construção / Elemento de Construção:** Descrição da operação ou elemento de construção a que a ficha respeita. Para uma adequada organização do arquivo de fichas dever-se-á previamente classificar as operações e elementos de construção em classes e/ou sub-classes com base em sistemas de classificação existentes ou a criar.
- (12) **Código:** Posição destinada ao registo do código da operação ou elemento de construção a que corresponde a ficha. Esses códigos deverão ser atribuídos com base no sistema de classificação referido anteriormente.

legenda - ficha-tipo nº I: procedimentos de inspeção e prevenção

- (13) Verificações/tarefas: Relação das verificações e/ou tarefas a realizar para controlar a segurança da operação ou elemento de construção a que a ficha se refere. A série de verificações/tarefas deverá ser listada pela sequência lógica de acordo com a ordem de realização.
- (14) Riscos: Nesta posição dever-se-á identificar e descrever sucintamente os riscos correspondentes a cada verificação/tarefa listada na coluna anterior.
- (15) Documentos de referência: Para cada risco identificado na coluna anterior, registrar-se-á, sempre que aplicável, os documentos de apoio à realização de cada verificação/tarefa listada, e que deverão ser tomados como referência para a definição das respetivas medidas preventivas a considerar. Estes documentos podem ser normas, regulamentos, especificações técnicas, documentos de homologação, bibliografia técnica, entre outros.
- (16) Ações de prevenção/proteção: Tendo em conta os documentos de referência aplicáveis a cada risco identificado, registam-se nesta posição as respetivas ações ou medidas de prevenção e/ou proteção a aplicar. Essas medidas podem ser coletivas, individuais ou outras (respetivamente PC, PI, OU), assinalando-se com uma cruz na coluna adequada. Para cada risco poderão registar-se várias ações de prevenção e de proteção, aplicando-se a cada caso a mais adequada.
- (17) Frequência de inspeção: Posição destinada ao registo da periodicidade com que deve ser efetuada cada verificação/tarefa e controlados os riscos associados.
- (18) Ponto de Paragem: Posição destinada a assinalar um ponto de paragem sempre que uma dada verificação/tarefa, pela sua importância ou risco associado, deva ser objeto de reconfirmação por parte de outros intervenientes com responsabilidades acrescidas em matéria de segurança no estaleiro (Diretor Técnico da Empreitada, Diretor da Fiscalização).
- (19) Responsável por elementos base: Posição adequada à assinatura do responsável pela preparação e atualização da ficha base, a qual deverá ser datada.
- (20) Responsável por adequação ao estaleiro: A aplicação das fichas base a um dado empreendimento, deve ser objeto de adequação por forma a ter em conta as reais condições de execução em cada estaleiro. Esta posição destina-se a ser assinada pelo responsável por essa adequação.

ficha-tipo nº 2: registo de
inspeção e prevenção

Dono da obra

(1)

Empreiteiro

(3)

Obra

(2)

Número

(5)

pg.

(6)

Operação de construção / Elemento de construção				Código					
(7)				(8)					
Localização/Atividade: (9)									
Verificação / tarefa		Controlo							
	(10)	Empreiteiro				Empreiteiro			
		(11)							
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			
		Fiscalização				Fiscalização			
		(12)							
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			
		Empreiteiro				Empreiteiro			
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			
		Fiscalização				Fiscalização			
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			
		Empreiteiro				Empreiteiro			
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			
		Fiscalização				Fiscalização			
		Data: Ass.:				Data: Ass.:			

legenda - ficha-tipo nº 2: registo de inspeção e prevenção

- (1) **Dono de Obra:** Posição destinada à identificação do Dono de Obra.
- (2) **Obra:** Designação atribuída ao empreendimento/obra, podendo ser utilizadas abreviaturas apropriadas
- (3) **Empreiteiro:** Nome do empreiteiro ou sub-empreiteiro responsável pela elaboração ou adaptação da ficha ao empreendimento em causa.
- (4) **Código da obra:** Posição para registo, nos casos aplicáveis, do código atribuído ao empreendimento ou obra.
- (5) **Número:** Posição para inscrição do número sequencial do conjunto de fichas registadas no empreendimento/obra em causa.
- (6) **Páginas:** Nesta posição registam-se o número de páginas de cada ficha na forma “número página/total páginas”.
- (7) **Operação de construção / elemento de construção:** Descrição da operação ou elemento de construção a que a ficha respeita. Deverá registar-se a mesma descrição da correspondente ficha de Procedimentos de Inspeção e Prevenção.
- (8) **Código:** Posição destinada ao registo do código da operação ou elemento de construção a que corresponde a ficha. O código permite estabelecer uma relação directa entre os dois tipos de fichas.
- (9) **Localização / Atividade:** Para cada ficha de Procedimento de Inspeção e Ensaio poderá haver várias fichas de Registo de Inspeção e Prevenção. Tal resulta do facto de uma operação ou elemento de construção poder repetir-se várias vezes no mesmo empreendimento ou obra. Muito embora, a ficha de Procedimentos seja a mesma para todas as operações ou elemento de construção que se repetem, utilizar-se-ão tantas fichas de Registo de Inspeção e Prevenção quantas vezes essa operação ou elemento de construção se repetir. Tratando-se, por exemplo, de um edifício com 10 pisos idênticos, ter-se-ia uma única ficha de procedimentos para o controlo de segurança das lajes e 10 fichas de Registo de Inspeção e Prevenção (uma por cada laje). Assim, nesta posição regista-se a localização da operação ou elemento de construção a que se refere a ficha de Registo de Inspeção e Prevenção. Para o exemplo da laje seria registado: primeiro piso, segundo piso, etc.
- (10) **Verificações/tarefas:** Relação das verificações e/ou tarefas que constam da correspondente ficha de Procedimentos de Inspeção e Prevenção.

legenda - ficha-tipo nº 2: registo de inspeção e prevenção

- (11) Controlo (empregado): Para cada verificação/tarefa deverá registar-se a sua conformidade com as especificações constantes da ficha de procedimentos de Inspeção e Prevenção. Nesta posição o responsável pela execução dos trabalhos (empregado) confirmará essa conformidade, inscrevendo a palavra <conforme> ou <não conforme>, ou outras indicações equivalentes. Registarão ainda a respetiva data e assinarão na posição indicada para o efeito. No caso da fiscalização não reconfirmar (havendo uma não- conformidade) proceder-se-ão às correções necessárias, servindo a segunda coluna para o registo de nova confirmação.
- (12) Controlo (fiscalização): Esta posição destina-se à reconfirmação da verificação/tarefa que o responsável da fiscalização dos trabalhos deverá preencher seguindo o mesmo processo referido no ponto anterior relativamente ao controlo efetuado pelo empregado.

ficha-tipo nº 3: registo de não conformidade e acções preventivas

Dono da obra	(1)	Empreiteiro	(3)
Obra	(2)		
		Número	(5)
		pg.	(6)

Descrição da não-conformidade:	
(7)	
Localização: (8)	
Documentos de referência: (9)	
Empreiteiro: (10)	Fiscalização: (11)

Descrição das ações preventivas:	
(12)	
Corrigir até:	(13)
Empreiteiro (10)	Fiscalização: (11)
Verificação das medidas preventivas:	
(14)	
Empreiteiro (10)	Fiscalização: (11)
Coord. Seg. e Saúde: (15)	Diretor de obra: (16)

legenda - ficha-tipo nº 3: registo de não conformidade e ações preventivas

- (1) **Dono de Obra:** Posição destinada à identificação do Dono de Obra.
- (2) **Obra:** Designação atribuída ao empreendimento/obra, podendo ser utilizadas abreviaturas apropriadas
- (3) **Empreiteiro:** Nome do empreiteiro ou subempreiteiro responsável pela elaboração ou adaptação da ficha ao empreendimento em causa.
- (4) **Código da obra:** Posição para registo, nos casos aplicáveis, do código atribuído ao empreendimento ou obra.
- (5) **Número:** Posição para inscrição do número sequencial do conjunto de fichas registadas no empreendimento/obra em causa.
- (6) **Páginas:** Nesta posição registam-se o número de páginas de cada ficha na forma “número página/total páginas”. Tal permite verificar, em qualquer momento, que cada ficha está completa.
- (7) **Descrição da Não-conformidade:** Zona destinada à descrição da não-conformidade. Essa descrição deverá ser sucinta, precisa e clara por forma a não haver dúvidas sobre a sua interpretação.
- (8) **Localização:** Posição para registo do local do empreendimento onde se detetou a não- conformidade (por exemplo, execução da laje do 3º piso).
- (9) **Documentos de referência:** Nesta posição dever-se-ão mencionar os documentos ou as disposições que, por não terem sido considerados na execução, explicam a não- conformidade.
- (10) **Empreiteiro:** Posição destinada à assinatura do responsável pela execução dos trabalhos a quem compromete descrever a não-conformidade. Deverá também registar a data de verificação dessa não-conformidade.
- (11) **Fiscalização:** Posição destinada à assinatura do responsável pela fiscalização dos trabalhos. Deverá também registar a data em que o empreiteiro dá conhecimento da ocorrência da não-conformidade que deverá em geral ser no próprio dia da sua verificação. Consoante a gravidade da não-conformidade, a fiscalização poderá recorrer ao Coordenador de Obra em matéria de Segurança e de Saúde para obter as indicações que se mostrarem convenientes.

legenda - ficha-tipo nº 3: registo de não conformidade e ações preventivas

- (12) Descrição das medidas preventivas: Zona destinada à descrição das medidas preventivas a implementar para corrigir a não-conformidade. Essas medidas serão uma ou mais das previstas na ficha de procedimentos de inspeção e prevenção ou outras que a situação ou gravidade da não-conformidade determinar.
- (13) Corrigir até: Posição para registo da data até à qual as medidas preventivas descritas anteriormente devem ser implementadas. Essa data deve, sempre que possível, ser estabelecida pelo empreiteiro com o acordo da fiscalização.
- (14) Verificação das medidas preventivas: Na data estipulada para o efeito na posição anterior, empreiteiro e fiscalização deverão confirmar se as medidas preventivas acima descritas foram realizadas.
- (15) Coord. Seg. e Saúde: Posição destinada à assinatura do Coordenador da Obra em matéria de segurança e de saúde, que deverá apenas assinar após resolvida a não- conformidade. Deverá também registar a respetiva data.
- (16) Diretor da obra: Posição destinada à assinatura do Diretor da Obra, que tomará conhecimento da ocorrência, registando a respetiva data.

anexo XVI – controlo dos equipamentos de estaleiro

Ficha-tipo nº 4 – controlo dos equipamentos de estaleiro

Legenda ficha-tipo nº 4

Verificação de equipamentos – camiões de transporte

Verificação de equipamentos – geral

ficha-tipo nº 4: controlo dos equipamentos de estaleiro

Dono de obra

(1)

Empreiteiro

Identificação da obra

(2)

pg1/1

Equipamentos de estaleiro (código atribuído na ficha individual do equipamento)		Revisões periódicas				Inspeção visual geral (se necessário, anexar registo de não conformidade)			Reverificação			
		Última revisão	Em dia		Caso não efetuar até							
Código	Designação		Sim	Não		Conf	Não conformidades detetadas	Corrigir até	NEC	Efectuada em	Assinatura	
	(9)	__/_/____	(10)		__/_/____		(11)	__/_/____		__/_/____	(12)	
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
		__/_/____			__/_/____			__/_/____		__/_/____		
Responsável pelo controle Ass.: (13)		Data: / / _		Coord. Segurança e Saúde Ass.: (14)			Data: / / _		Diretor da obra Ass.: (15)		Data: / / _	

legenda - ficha-tipo nº 4: controlo dos equipamentos de estaleiro

- (1) **Dono de Obra:** Zona destinada à identificação do Dono de Obra.
- (2) **Obra:** Designação atribuída ao empreendimento/obra, podendo ser utilizadas abreviaturas apropriadas
- (3) **Empresa:** Nome do empreiteiro responsável pelos equipamentos constantes da lista. Havendo vários empreiteiros, deverão elaborar-se fichas separadas para cada um deles. Os equipamentos pertencentes a subempreiteiros deverão também ser incluídos no grupo de fichas do respetivo empreiteiro, embora em folhas separadas. Neste último caso, a seguir ao nome do empreiteiro deverá acrescentar-se o do subempreiteiro separado por uma barra inclinada (/)
- (4) **Representante:** Nome da pessoa individual que representa o Dono de Obra para todos os assuntos relacionados com a realização do empreendimento.
- (5) **Data do último controlo geral efetuado:** Nesta posição dever-se-á registar a data que o próprio nome indica, por consulta do arquivo onde se guardam todas as fichas de controlo de equipamentos.
- (6) **Código da obra:** Posição para registo, nos casos aplicáveis, do código atribuído ao empreendimento.
- (7) **Número:** Posição para registo do número de ordem sequencial de cada controlo efetuado desde a abertura do estaleiro. Todas as folhas referentes ao controlo efetuado numa data terão assim o mesmo número registado nesta posição.
- (8) **Páginas:** Consoante o número de equipamentos existentes no estaleiro, assim serão utilizadas diversas fichas. Nesta posição registam-se o número de páginas na forma “número de página/total de páginas” correspondentes ao controlo em causa. Tal permite verificar, em qualquer momento, que o processo desse controlo está completo.
- (9) **Equipamentos de estaleiro:** Posições onde se relacionam os equipamentos do estaleiro que devam ser controlados. Cada equipamento deverá ser referenciado através do código que lhe corresponde na ficha individual que adiante se refere, através da qual se procede ao controlo das revisões periódicas de manutenção.
- (10) **Revisões periódicas:** Por consulta da ficha individual de cada equipamento, regista-se nesta posição a data da última revisão periódica de manutenção efetuada e assinala-se com uma cruz na posição adequada (sim ou não) se a revisão desse equipamento está ou não em dia (atualizada).
No caso negativo dever-se-á marcar um prazo para se proceder à revisão em falta através da inscrição da data limite na coluna para o efeito existente.

legenda - ficha-tipo nº 4: controle dos equipamentos de estaleiro

- (11) **Inspeção Geral:** Nesta posição assinala-se com uma cruz na coluna “Conf” caso não se verifiquem anomalias no equipamento. Detetando-se qualquer anomalia, esta será registada determinando-se um prazo até ao qual essa anomalia deverá ser corrigida.
- (12) **Reverificação:** Sempre que seja registada uma não-conformidade num equipamento que deva ser reverificada antes do próximo controlo periódico, o responsável por esse controlo deverá assinalar com uma cruz na posição indicada (NEC), a necessidade de reverificação e, quando efetuada, deverá registar a respetiva data e assinatura nos locais apropriados.
- (13) **Responsável pelo controlo:** Efetuado o controlo de todos equipamentos, o seu responsável deverá assinar e registar a data em todas as páginas.
- (14) **Coordenador de Segurança e de Saúde:** Preenchidas todas as fichas de um controlo, deverá o seu responsável solicitar ao Coordenador de Segurança e de Saúde a sua verificação, após o que este as assinará registando a respetiva data. Uma cópia deverá ficar na posse deste, devendo o original ser arquivado em processo que fica ao cuidado do responsável pelo controlo, após recolha da assinatura do diretor da obra.
- (15) **Diretor da obra:** O responsável pelo controlo deverá também providenciar a recolha da assinatura do Diretor da Obra, que se assim o entender guardará também uma cópia

verificação de equipamentos

Equipamento Camiões de transporte

Identificação do equipamento _____

Item a verificar	Estado de funcionamento	
	Bom	Avariado
1. Luzes:		
- Frente;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Retaguarda;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Piscas;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Marcha-atrás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sinal sonoro de marcha-atrás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Funcionamento da buzina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Condição de acesso da cabina/posto de operação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Todos os indicadores e comandos estão funcionar corretamente e são visíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Existência de manual e comprovativos de revisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Condições de visibilidade do operador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Existência de fissuras, desgaste e folga de acessórios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Sistema de elevação da báscula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Operacionalidade do cinto de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Funcionamento do sistema limpa vidros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Estado da embraiagem e direção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações _____

Verificação elaborada por _____

Data ____/____/____

verificação de equipamentos

Riscos

- Queda em altura;
- Esmagamento;
- Eletrocussão;
- Choque com operários;
- Capotamento de máquina;
- Choque entre máquinas;
- Queda e projeção de materiais;
- Queda de operários da cabine.



Medidas preventivas

- Executar semanalmente a verificação ao equipamento;
- Realização de inspeções periódicas da sinalização;
- Limitação e sinalização da zona de trabalho da máquina;
- Não abandonar ou estacionar a máquina em rampas ou taludes;
- Evitar trabalhar com máquinas em desníveis ou taludes excessivos e com o terreno que não garanta segurança;
- Não circular em zonas em que não está previsto o seu uso;
- Não circular a velocidades excessivas em obra/estaleiro e cumprir os limites de velocidade;
- Manter-se sempre informado sobre a existência de outras máquinas que possam interferir a manobra;
- Evitar fazer movimentos bruscos;
- Se for detetada alguma anomalia no equipamento, deve ser comunicado imediatamente ao encarregado/chefe de equipa;
- Respeitar todas as regras de segurança na realização das diversas tarefas.

verificação de equipamentos

Equipamento ¹ _____

Identificação do equipamento _____

Item a verificar	Estado de funcionamento	
	Bom	Avariado
1. Luzes:		
- Frente;		
- Retaguarda;		
- Piscas;		
- Marcha-atrás		
2. Sinal sonoro de marcha-atrás		
3. Funcionamento da buzina		
4. Condição de acesso da cabina/posto de operação		
5. Todos os indicadores e comandos estão funcionar corretamente e são visíveis		
6. Existência de manual e comprovativos de revisão		
7. Condições de visibilidade do operador		
8. Existência de fissuras, desgaste e folga de acessórios		
9. Funcionamento da alavanca de segurança		
10. Funcionamento do botão de aviso de sobrecarga		
11. Estado das mangueiras hidráulicas		
12. Funcionamento do cinto de segurança		
13. Verificação do sistema hidráulico dos baldes traseiro e dianteiro		
14. Funcionamento do travão de mão		
15. Funcionamento do travão de pé		
16. Verificação da pressão dos pneus		
17. Estado de conservação das mangueiras hidráulicas		
18. Verificação do sistema hidráulico de operação a lamina e do ripper;		

Observações _____

Verificação elaborada por _____

Dat _____/_____/____

a _____

¹Nota: A preencher para os diversos equipamentos pesados a serem utilizados em obra.

verificação de equipamentos

Riscos

- Queda de objetos;
- Atropelamento
- ;
- Esmagamento;
- Soterramento;
- Choques;
- Ruído;
- Queda em
- altura;
- Eletrocussão;
- Capotamento do equipamento;
- Queda e projeção de materiais;
- Queda de operários da cabine;



Medidas preventivas

- Executar semanalmente a verificação ao equipamento;
- Não ultrapassar o limite de carga do equipamento;
- Só poderá ser manobrada por pessoas com formação para o efeito;
- Recorrer a um sinaleiro sempre que não tenha visibilidade suficiente para a realização das tarefas;
- É proibido utilizar o equipamento para o transporte de pessoas;
- Deve respeitar todas as regras de segurança no decorrer das diferentes tarefas;
- Se for detetada alguma anomalia no equipamento, deve ser comunicado imediatamente ao encarregado/chefe de equipa, para se tomar as devidas providências;
- Manter-se sempre informado sobre a existência de outras máquinas que possam interferir nas manobras ou na realização de tarefas;
- Realização de inspeções periódicas da sinalização;
- Limitação e sinalização da zona de trabalho do equipamento;
- Não abandonar ou estacionar a máquina em rampas ou taludes;
- Evitar trabalhar com máquinas em desníveis ou taludes excessivos e sobre terrenos que não garantam a segurança adequada;
- Não circular a velocidades excessivas em obra/estaleiro e cumprir os limites de velocidade;
- Manter-se sempre informado sobre a existência de outras máquinas que possam interferir nas manobras a efetuar;
- Evitar fazer movimentos bruscos;
- O manobrador deverá receber formação adequada no âmbito de segurança e saúde no trabalho.

anexo XVII – registos da coordenação de segurança em obra

registos da coordenação de segurança em obra

[illegible]

anexo XVIII – acidentes e índices de sinistralidade

Ficha-tipo nº 5 – índices de sinistralidade

Relatório de acidente

ficha-tipo nº 5: índices de sinistralidade

[illegible]

definições - ficha-tipo nº 5: índices de sinistralidade

Índice de Incidência (II) – É o número de acidentes ocorridos num dado período por cada mil trabalhadores expostos a risco no mesmo período. É calculado pela seguinte expressão:

$$II = \frac{\text{Nº acidentes} \times 1000}{\text{Nº Trabalhadores}}$$

Índice de Frequência (IF) – É o número de acidentes ocorridos num dado período em cada milhão de homens-hora trabalhadas no mesmo período, traduzindo a probabilidade de ocorrência de acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IF = \frac{\text{Nº acidentes} \times 1000\ 000}{\text{Nº Homens.hora trabalhadas}}$$

Índice de Gravidade (IG) – É o número de dias de trabalho perdidos pelo conjunto de trabalhadores acidentados num dado período em cada mil homens-hora trabalhadas nesse mesmo período, traduzindo as consequência dos acidentes. É calculado pela seguinte expressão:

$$IG = \frac{\text{Nº dias perdidos} \times 1000}{\text{Nº Homens.hora trabalhadas}}$$

Índice de Duração (ID) – É o médio de dias perdidos por cada acidente, realçando a gravidade dos acidentes ocorridos. É calculado pela seguinte expressão:

$$ID = \frac{\text{Nº dias perdidos}}{\text{Nº Acidentes}}$$

relatório de acidente


OBRA _____ N° _____		
ENTIDADE EMPREGADORA: _____ COMPANHIA DE SEGUROS: _____ Apólice N° _____		
DADOS DO SINISTRADO: Nome: _____ N° _____ Morada: _____ Estado Civil: _____ Categoria Profissional: _____ Idade: _____ Sexo: _____ Data de admissão ao serviço: ____/____/____		
DADOS DO ACIDENTE: Data e hora do acidente: ____/____/____ às ____:____ h Quantos sinistrados no acidente: _____ N°s _____ Testemunhas: _____ Local do acidente: <input type="checkbox"/> Domicilio → Trabalho <input type="checkbox"/> Trabalho → Domicilio <input type="checkbox"/> Fora do estaleiro Dentro do estaleiro Onde: _____ Breve descrição do acidente: _____ _____ _____ Medidas de prevenção adotadas: _____ _____		
DESTINO DO SINISTRADO: Data: ____/____/____ às ____:____ h Posto Médico Hospital _____ <input type="checkbox"/> _____		
CAUSA DO ACIDENTE: Atropelamento Contacto com substâncias nocivas ou radiações <input type="checkbox"/> Queda em altura Capotamento Choque com objetos <input type="checkbox"/> Queda ao mesmo nível Colisão de veículos Esforço físico excessivo/Movimento falso <input type="checkbox"/> Queda de objetos Compressão por um objeto Explosão/Incêndio/Contacto com temperaturas <input type="checkbox"/> Soterramento ou entre objetos extremas <input type="checkbox"/> _____ Contacto c/ energia elét. Intoxicação		
TIPO DE LESÃO: Amputação Eletrocussão <input type="checkbox"/> Lesões múltiplas Asfixia Entorse <input type="checkbox"/> Luxação Concussão/Lesões internas Esmagamento <input type="checkbox"/> Queimadura Contusão Ferida/Golpe <input type="checkbox"/> Traumatismo Distensão Fratura <input type="checkbox"/> _____		


relatório de acidente


PARTE DO CORPO ATINGIDA:		
Cabeça, exceto olhos	△ Membros superiores, exceto braços, mãos e dedos	△ Perna(s)
Olho(s)	△ Braço(s)	△ Pé(s), exceto dedos
Tronco, exceto coluna	△ Mão(s), exceto dedos	△ Dedo(s) do pé
Coluna	△ Dedo(s)	△ Localizações múltiplas
	Membros inferiores, exceto pernas, pés e dedos	△ _____
CONSEQUÊNCIAS DO ACIDENTE:		
Sem incapacidade		△ Incapacidade permanente: __%
Incapacidade temporária - Regresso ao trabalho em / /		△ Morte
OBSERVAÇÕES: _____		
ENCARREGADO	RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA	DIRETOR DA OBRA
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____
Ass: _____	Ass: _____	Ass: _____


anexo XIX – plano de emergência

plano de emergência


	I.N.E.M.
Tel.:	112



	Bombeiros
Tel.:	253 200 430


	Polícia–PSP / GNR
Tel.:	253 200 420

	Proteção Civil (Delegação Distrital)
Tel.:	253 201 350


ACT	ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho (Delegação de Braga)
-----	---


	Gás
Tel.:	808 20 40 80


	Hospital
	I.N.E.M.
Tel.:	3027 600

	Intoxicações
Tel.:	112 217 950 143 808 250 143

	Polícia Judiciária
Tel.:	253 255 000

	Câmara Municipal
Tel.:	253 20 31 50

	Águas
Tel.:	253 205 000

	Eletricidade – Assistência Técnica
Tel.:	800 506 506

plano de emergência



Farmácia

Tel.:



Socorrista

Tel.:

plano de emergência

Entidade	Interlocutor	Contacto
Dono de Obra		
Coordenação Segurança e Saúde em Obra		
Fiscalização <i>Responsável Fiscalização</i> <i>Fiscal</i>		
Empreiteiro <i>Diretor de obra</i> <i>Técnico de segurança</i>		

Em caso de acidente:

1º CONTACTAR TELEFONES DE EMERGÊNCIA E DIZER:

Ex. "Aqui é do estaleiro da obra (...) que se localiza (discriminar o local) "

2º DEFINIR A NATUREZA DO ACIDENTE:

Ex. "Desabamento, queda, corte, choques, ... e em que posição está o ferido: no telhado, no solo, e se necessita de transporte, ..."

3º DEFINIR O NÚMERO DE FERIDOS E EM QUE ESTADO SE ENCONTRAM:

Ex. "Dois operários, um dos quais sangra muito e não fala,..."

4º COMBINAR PONTO DE ENCONTRO COM OS SOCORROS E ENVIAR ALGUÉM PARA ESSE LOCAL PARA OS ENCAMINHAR AO LOCAL DO ACIDENTE.

5º NÃO DESLIGAR O TELEFONE EM PRIMEIRO LUGAR. PEDIR AO INTERLOCUTOR PARA REPETIR A INFORMAÇÃO QUE RECEBEU.

6º APÓS ESTAS OPERAÇÕES, INFORMAR OS RESPONSÁVEIS DA OBRA.

É EXPRESSAMENTE PROIBIDO, TOCAR, MEXER OU MOVIMENTAR O ACIDENTADO, POR QUEM NÃO TENHA A COMPETÊNCIA ADEQUADA EM PRIMEIROS SOCORROS!

anexo XX – compilação técnica

Estrutura da compilação técnica

estrutura da compilação técnica

1. Introdução
2. Atualizações da compilação técnica
3. Identificação completa dos intervenientes
 - 3.1 Identificação do empreendimento
 - 3.2 Identificação do dono de obra
 - 3.3 Identificação dos projetistas
 - 3.4 Identificação da coordenação de segurança em fase de projeto
 - 3.5 Identificação da fiscalização
 - 3.6 Identificação da coordenação de segurança em fase de obra
 - 3.7 Identificação da entidade executante
 - 3.8 Identificação dos subempreiteiros e trabalhadores independentes
4. Informações técnicas relativas aos projetos, que refiram os aspetos estruturais, as redes técnicas e os sistemas e materiais utilizados relevantes para a prevenção de riscos profissionais
 - 4.1 Análise dos aspetos estruturais e arquitetónicos
 - 4.1.1. Coberturas, fachadas e outros locais
 - 4.1.2. Materiais
 - 4.1.3. Riscos decorrentes da utilização
 - 4.1.4. Riscos decorrentes da limpeza, conservação e manutenção
 - 4.1.5. Fornecimento, aplicação e assistência técnica
 - 4.2 Rede técnica X (para cada rede técnica instalada considerada relevante)
 - 4.2.1. Descrição e funcionamento
 - 4.2.2. Materiais, acessórios e equipamentos
 - 4.2.3. Riscos decorrentes da utilização
 - 4.2.4. Riscos decorrentes da limpeza, conservação e manutenção
 - 4.2.5. Fornecimento, aplicação e assistência técnica
 - 4.3 Materiais utilizados (não contemplados nos pontos anteriores)

estrutura da compilação técnica

5. Informações técnicas relativas aos equipamentos, relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção
 - 5.1 Obrigação de respeito dos manuais
 - 5.2 Equipamento X (para cada equipamento considerado relevante)
 - 5.2.1. Princípio de funcionamento
 - 5.2.2. Riscos decorrentes da utilização e limpeza
 - 5.2.3. Riscos decorrentes da conservação e manutenção
 - 5.2.4. Fornecimento, aplicação e assistência técnica
6. Informações úteis para planificar a Segurança e Saúde na realização de trabalhos após a obra entrar em serviço
 - 6.1 Dispositivos de prevenção previstos na construção
 - 6.2 Riscos não minimizados na construção

Anexos

Anexo I (relativo ao ponto 2)

- I.1- Registo de atualizações
 - Ficha de registo de atualizações da compilação técnica

Anexo II (relativo ao ponto 4)

- II.1- Projeto X (para cada especialidade de projeto considerada relevante)
 - Memórias descritivas
 - Projetos de execução
- II.2- Telas finais de todos os projetos

Anexo III (relativo ao ponto 5)

- III.1- Equipamento X (para cada equipamento considerado relevante)
 - Desenhos ou esquemas de funcionamento
 - Manuals do equipamento